

opção de caráter político. Quer dizer, várias vias estão abertas.

Não vim aqui — naturalmente teria muito interesse em propagando e difundir o Marxismo —, não vim aqui fazer isto. Então, não vou convencer o Senhor que, através do Marxismo, tem uma chave para abrir o cofre da felicidade. O problema central, se se trata de combater a situação em que os deficientes vivem na sociedade brasileira, é civilizar o brasileiro para que entenda que o deficiente é um ser humano normal, a deficiência é normal, não é uma anomalia, é uma contingência que afetou uma pessoa, que é plenamente pessoa em todos outros sentidos em que ela não foi afetada.

As opções práticas, culturais e políticas, a pessoa tem de tomá-las, em termos da sua relação com o Mundo, e na relação com aquilo em que ela quer transformar o Mundo.

Nós do PT temos uma forma — a Deputada Benedita da Silva está-me olhando de um modo meio feio, então devo ter dito alguma coisa que não a contentou — no PT temos a ambição de transformar o Mundo de uma forma radical, mas isso pode não passar pela sua cabeça. Mesmo que isso não passe pela sua cabeça, é muito importante que o Senhor saiba lidar com os seus problemas em nível de ajustamento pessoal e, ao mesmo tempo, se superar os problemas pessoais, conseguir uma relação normal com a sociedade de direito legítimo, que o Senhor pelo menos colabore com o movimento pelo qual outras pessoas sejam, no mínimo, capazes de fazer isto. Não sei se a resposta satisfaz o Senhor.

O Senhor queria saber se o mais importante é o económico ou não é o económico. Claro que o económico é essencial para a sobrevivência da pessoa. Se o Senhor não conseguir um trabalho que lhe proporcione meios de subsistência, o Senhor está condenado à miséria, à desorganização social. Então, o Senhor tem de lutar para conquistar um meio de vida. Entretanto, os trabalhadores que conquistam um meio de vida às vezes descobrem que descobrir um meio de vida não é suficiente. Depois de descobrirem e ter um meio de vida, eles precisam também superar as limitações contidas dentro desse meio de vida. Para isso eles precisam transformar a sociedade dentro do Capitalismo, contra o Capitalismo. Isso já vai depender do nível de aspiração e de radicalidade com que a pessoa ou o grupo de pessoas se relacionam com o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Temos um convite para a entrega do documento à criança e ao adolescente — "Princípios para a Nova Constituinte". O evento será realizado no Salão Negro, hoje, às 16 horas.

Lembramos que a primeira reunião de audição desta Subcomissão será segunda-feira, dia 27, às 9 horas e 30 minutos. Encarecemos a presença de todos os Srs. Constituintes e os que nos honram aqui com a presença. (Pausa.)

Devemos dizer como foi bom, foi bonito, como foi oportuno, como foi proveitoso ouvir o Professor Florestan Fernandes. Tenho certeza de que falamos em nome das colegas da Subcomissão e nos sentimos extremamente honrados de poder dizer que somos colega Constituinte do Professor Florestan Fernandes. Dizendo isto a S Ex^a, estamos dizendo também muito obrigado à Professora Manuela Carneiro da Cunha, que esteve aqui

até quando o tempo de seu avião permitiu. Muito obrigado também ao Professor e Economista Paulo Roberto Moreira, por estar enriquecendo e nos auxiliando neste Painel de Informações sobre a Questão das Minorias, Pela Discriminação, e sobre estes aspectos muito próprios da nossa Subcomissão.

Não tendo mais nada a referir, agradecemos a presença dos Srs. Constituintes, dos nossos Painelistas e dos Srs. Convidados que nos honraram com a presença nesta manhã que avança até 13 horas.

Muito obrigado e até nosso próximo encontro, segunda-feira, sendo assim, damos por finalizado este Painel, esta reunião da Subcomissão dos Negros, população indígena, pessoas deficientes, menores.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES — Só peço desculpas, pois a exposição foi muito desorganizada, e não satisfatória.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião, às 13 horas).

ATA DA 5ª REUNIÃO

REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL

Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas, em sala do Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, sob a Presidência do Senhor Constituinte Ivo Lech, com a presença dos seguintes Constituintes: José Carlos Sabóia, Nelson Seixas, Osmir Lima, Hélio Costa, Salatel Carvalho e Alcení Guerra. Não havendo número regimental o Senhor Presidente declarou a reunião informal e solicitou que fosse dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que foi considerada aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente iniciou a Audiência Pública com os representantes nacionais das APAES e Pestalozzis de todo o País; onde fizeram o uso da palavra os senhores: Elpidio Araújo Neres, Otávio Blatter Pinho, Cleonice Floriano Haesbaert, Sérgio Túlio Bredo (deficiente mental), Flávio Potente Siqueira, Maria de Lurdes Creziane, Gláucia Gomes de Oliveira Aguiar, Justino Alves Pereira, Dayse Collet de Araújo Lima, Tásio Lemos Ferreira, Chaim Israel Jugend, Radhice Conceição, Aldo Brito, Domingos José Fredo, Anton. José, Vanildo Senatore, Aldo Moreira Estráquilas. Em seguida fizeram uso da palavra os Senhores Constituintes: Alcení Guerra, José Carlos Sabóia, Almir Gabriel e Nelson Seixas. O inteiro teor dos debates será publicado, após a tradução das notas taquigráficas e o competente registro datilográfico, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos às treze horas, convocando os Senhores Constituintes para a próxima reunião a ser realizada dia vinte e sete de abril às dezessete horas, com a seguinte pauta: Audiência Pública com representantes das Associações dos Alcoólatras Anônimos. E, para constar, eu Carlos Guilherme Fonseca, Secretário, laivre a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DOS NEGROS, POPULAÇÕES INDÍGENAS, PESSOAS DEFICIENTES E MINORIAS, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1987, ÀS 9 HORAS. ÍNTEGRA DOS ACOMPANHAMENTOS TAQUIGRÁFICOS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO, CONSTITUINTE IVO LECH.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Declaramos aberta a primeira reunião de audição pública da Subcomissão dos Negros, População Indígena, Pessoas Deficientes e Minorias. Contamos, na Mesa, com a presença do Relator desta Subcomissão, Constituinte Alcení Guerra. A Presidência e o Relator da Subcomissão convidam, para fazer parte da Mesa, o Constituinte Nelson Seixas, homem e parlamentar da Subcomissão, ligado profundamente à questão do tema hoje enfocado. Gostaríamos que o Constituinte Nelson Seixas ajudasse a Presidência na coordenação dos trabalhos.

Eu convidaria o Dr. Nelson Seixas, como parlamentar, como Constituinte, como pai de deficientes mentais, a fazer, neste momento e usando a sua condição de membro da Subcomissão, uma saudação aos Senhores presentes e representantes das APAE e Pestalozzi.

Com a palavra o Deputado Federal, Constituinte Nelson Seixas.

O SR. CONSTITUINTE NELSON SEIXAS — Exm^o Sr. Presidente, Deputado Constituinte Ivo Lech, da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias; Exm^o Sr. Deputado Constituinte Alcení Guerra, digníssimo Relator desta Subcomissão; Exm^o Sr. Deputado Constituinte José Carlos Sabóia, membro da nossa Subcomissão; prezados companheiros das APAE e da Pestalozzi aqui presentes.

Estamos abrindo, hoje, uma audição pública, fato muito importante nesta Constituinte, que dá oportunidade à comunidade de dizer a nós Constituintes ao que aspira para o Brasil do futuro. Temos aqui velhos companheiros de luta, sejam pais, sejam amigos de pessoas deficientes, entre os quais me incluo e, agora, inclusive com alguns deficientes fazendo suas reivindicações. Para nós, que lutamos, há 23 anos, no trabalho pela pessoa deficiente, como pai de dois deficientes mentais que sou, que já lutei por duas candidaturas e esta é a terceira, consigo chegar à Câmara Federal num momento histórico de Constituinte, é uma satisfação e um sentido de responsabilidade muito grande estar aqui nesta reunião. Mesmo sendo um pai vivo, um apaeano com experiência, coloco-me aqui como ouvinte. Hoje, sou um membro desta Subcomissão e quero ouvir, mais uma vez e procurar ser o intérprete dessa parcela da nossa população frente à Constituinte. Gostaríamos de citar todos os presentes, mas não poderíamos deixar de destacar a presença da Professora Cleonice Floriano Ainberg, que é Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, movimento esse que nos antecedeu na história do atendimento ao deficiente no Brasil; o Dr. Elpidio Araújo Neres, Presidente da Federação Nacional das APAE; do seu Procurador-Geral, Dr. Otávio Blatter Pinho; e também do ex-Deputado Federal, José Justino Alves Pereira, que foi Presidente da

Federação Nacional das APAE e, em 1968, foi autor de uma Comissão Permanente de Inquérito sobre o problema da deficiência no Brasil. Gostaríamos de esclarecer que, quando se trata de excepcional, estamos tratando de uma maneira bastante abrangente, vamos entender o excepcional como todo indivíduo que sai do comum, do normal, em qualquer aspecto, físico, mental, emocional e social e que exija condição de educação, de habilitação e de cuidados especiais na comunidade. Assim, são os superdotados e os subdotados. Entre os subdotados, pessoas propriamente deficientes, dividimos no grupo de deficientes mentais — que são os mais numerosos, os mais cercados de preconceitos — os deficientes sensoriais, cegos e surdos e os deficientes físicos ou motores. Precisamos definir isso porque, quando, em 1981, comemorou-se o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, houve muita confusão com o trato da questão, referindo-se frequentemente a deficiente físico, quando a pessoa queria dizer toda pessoa deficiente. É o que acontece quando se fala em excepcional. A impressão da comunidade é de uma pessoa fora do comum, que não se conhece bem e foi um termo que, praticamente, condicionamos a significar o deficiente mental ou retardado, porque essas palavras eram um pouco duras, um eufemismo, mas hoje estamos mais voltados a ter aquela denominação. Não mais dizer simplesmente deficiente, porque deficiente é um qualificativo que pode-se referir a qualquer objeto. E antes de deficiente, é de gente que nós tratamos. Mesmo se falando pessoa deficiente, está-se caracterizando, está-se destacando muito a deficiência. E nós, para caracterizarmos bem a pessoa, deveríamos passar a usar, doravante, pessoas portadoras de deficiência. Assim, vamos ter uma visão muito mais abrangente, inclusive, incluindo muitas deficiências que são inaparentes, a grosso modo.

Quero cumprimentar os companheiros que se voltam especialmente para uma metodologia. Nós, embora tratemos, nas APAEs e em algumas Pestalozzi, também, além do deficiente mental, de outras áreas de deficiência, vamos, hoje, nos limitar especificamente à deficiência mental.

Esperamos que tenhamos um trabalho bem proveitoso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Saudando os Srs. convidados, autoridades apaeanas e das instituições Pestalozzi, vamos ler, agora, a programação de audição da Subcomissão, até para que os Srs. e as Sras tenham em mente os trabalhos e os temas abordados e ouvidos por esta Subcomissão. Hoje, os deficientes mentais; às 17 horas, a Associação dos Alcolátrats Anônimos; e também ouviremos uma autoridade que nos falará sobre a questão do idoso como minoria; às 19 horas, os deficientes auditivos. No dia 28 de abril, terça-feira, os negros; às 17 horas, esse mesmo tema, e às 19 horas, também os negros. Dia 29 de abril, quarta-feira, às 9 horas, populações indígenas; às 17 horas, homossexuais. Dia 30 de abril, quinta-feira, deficientes físicos e às 17 horas, também deficientes físicos; às 19 horas, osteomizados, hansenianos e talasiânicos. Dia 4 de maio, segunda-feira, deficientes visuais; às 11:30h, Herbert Souza, Associação dos Hemofílicos do Rio de Janeiro; e às 17 horas, os negros novamente. Dia 5 de maio, terça-feira às 9 horas, populações

indígenas; às 17 horas, o Professor Darcy Ribeiro e às 19 horas, minorias étnicas.

Agora gostaríamos de passar a palavra ao Dr. Elpídio Araújo Neres, Presidente da Federação Nacional das APAEs, para que dê a esta Subcomissão o seu testemunho e fale sobre o documento da APAE à Subcomissão e à Constituinte.

Convidamos o Dr. Elpídio a usar da palavra, aqui na Mesa, ao lado do seu companheiro, o Constituinte Nelson Seixas.

O SR. ELPÍDIO ARAÚJO NERES — Exm^o Sr. Constituinte Ivo Lech, digníssimo Presidente desta Subcomissão; Exm^o Sr. Constituinte Alcení Guerra, ilustre Relator; Srs. Constituintes Nelson Seixas e José Carlos Sabóia; minhas Sras, meus Srs^{os}, companheiros:

Ao iniciarem-se as audiências desta Subcomissão que trata da questão das minorias, sentimos, nesta oportunidade, com satisfação, que se começa a fazer uma reparação a uma injustiça perpetrada, por anos, no Brasil, e que vem atender ao clamor das pessoas portadoras de deficiências, para que os seus direitos, as suas reivindicações, os seus interesses sejam tutelados pela nossa Lei Maior.

Tenho à satisfação de representar, nesta hora, um grande segmento da comunidade nacional. Sr. Presidente, Ivo Lech, nós representamos aqui, nesta oportunidade, o Brasil inteiro. Temos a Diretoria da Federação Nacional das APAEs e a Diretoria da Federação das Pestalozzi, representada pela sua ilustre Presidente, Professora Cleonice Floriano. Isso significa que, em densidade, em municípios espalhados pelo Brasil, temos nada menos de 800 municípios aqui presentes.

Tenho a honra de presidir, nesta reunião, a Diretoria da Federação Nacional que está representando regiões, neste País. Assim, tenho o meu Vice-Presidente do Rio Grande do Sul, que está aqui presente, seu conterrâneo, companheiro Fredo; tenho o meu Vice-Presidente de Santa Catarina, o companheiro Aldo Brito; tenho o meu Vice-Presidente do Paraná, Israel Inguem; tenho a Vice-Presidente de São Paulo, Dona Alda; do Rio de Janeiro, Percy; do Espírito Santo, Hercílio; da Região Leste, o companheiro Manoelito; do Nordeste oriental e ocidental, a companheira, a Professora Tália e a professora Regina Almeida — de Natal e Fortaleza; tenho o Vice-Presidente do Norte oriental e ocidental, a Professora Terezinha Bayma e o Professor Nerivaldo Paiva; tenho o Vice-Presidente da Região Centro-Oeste de Minas Gerais, Pávio Luiz Silver, grande educador e a Professora Ventura; tenho ainda o nosso procurador: o companheiro, representando Pernambuco. Há ainda outros companheiros aqui. Temos a satisfação também de trazeremos dois representantes de deficientes mentais, que deverão tomar parte nesta reunião, dando um depoimento, um do Estado do Rio de Janeiro e outro do Estado do Rio Grande do Sul.

Em termos de cobertura do território nacional, acrescentamos ainda cerca de 100 associações das Pestalozzi. Temos, hoje, no Brasil, 613 APAE filiadas à Federação e mais de 100 a caminho de filiação, o que vale dizer, temos setecentas e tantas APAE, mais 100 Pestalozzi, prestando serviços diretos à comunidade. Representamos, portanto, mais de três quartos de todo o trabalho prestado aos deficientes mentais, neste País. Sobre, portanto, um quarto para outras entidades

e para o próprio poder público. De cerca de 120 mil pessoas assistidas, prestamos assistência a mais ou menos 90 mil pessoas.

Temos a satisfação de ver, nesta oportunidade, o prestígioamento que nos dão representantes de outros segmentos. Verificamos representantes das populações indígenas, dos negros e temos algumas autoridades aqui presentes, dentre as quais, muito nos honram, os representantes da CORDE, Professora Terezinha Vinhais e o Professor Plínio Soares. Temos, também, a representação da Secretaria de Educação Especial, na pessoa da nossa companheira muito querida, a Professora Lourdes Tanziani, por 20 anos, diretora de educação especial no Estado do Paraná, e agora, assessora do Secretário de Educação Especial.

Isto significa dizer, Sr. Presidente, que nós aqui vimos com uma bagagem para ressaltar especialmente não o que temos, porém o que falta. Uma população de 135 milhões de habitantes, como é a população brasileira, e com uma taxa aceita, nacional e internacionalmente, de 10%, no mínimo, de pessoas portadoras de deficiência, nós representamos cerca de 13 milhões e 500 mil cidadãos brasileiros marginalizados, largados, sem os cuidados e a proteção do Estado, entregues à sua sorte. Não somente eles, como cidadãos brasileiros, clamam porque lhes são negados direitos fundamentais, assegurados na Lei Maior, como o todo cidadão brasileiro, são iguais perante a Lei, portanto, todos titulares de direitos, dos mesmos direitos, e eles, precisando de maior proteção do Estado, porque é preciso que se estabeleça a igualdade de direitos, tratando desigualmente aqueles que são desiguais. Só assim, se compensa a desigualdade e esta grande porção da população brasileira, se ela estiver assistida em 120 mil pessoas, é fácil, por simples cálculo matemático, verificar quanto se tem de cidadão brasileiro marginalizado, cidadão brasileiro desintegrado, não só da convivência social, não só da proteção de direitos, mas também sem poder prestar, ao País, os serviços que eles podem prestar. Em primeiro lugar, me parece que é justo que se lhes reconheçam os direitos. Eles têm o direito de receber a proteção do Estado, mas eles também têm possibilidade de dar ao Estado e não estão dando.

E é bom que se ressalte, Srs. Constituintes e Sr. Presidente, na qualidade de advogado que é, que há um percentual muito grande desses que, por não serem compreendidos pela sociedade, por serem rejeitados aqui e alhures, esses homens passam a sentir-se revoltados por isso, e passam a reagir de acordo com essa revolta, e esta reação lhes traz, como resultado, a segregação numa cadeia, numa euxovia qualquer. E o tratamento que eles recebem nem é igual ao tratamento que recebem, por exemplo, os menores que sejam normais, porque estes têm um código que lhes estabelece uma responsabilidade penal, de acordo com a sua idade, com a sua capacidade de servir. E o deficiente mental, ainda que ele tenha uma idade de vinte e cinco, vinte e seis, vinte quatro anos, ele responde como qualquer cidadão de trinta, quarenta, cinquenta, sessenta, se ele for um deficiente mental.

Então, não se leva em consideração a sua capacidade de entender. Ele vai pagar com a mesma moeda com que pagaríamos nós, se fôssemos responsáveis pela infração de qualquer norma de

direito. E o que isso significa? Que para receber a proteção do Estado eles não têm a igualdade, mas para receber a punição do Estado, eles são iguais aos demais cidadãos. E essa população enorme, quando posta na cadeia, passa a ter um ônus maior para o Estado. Não apenas não produz, mas passa a consumir aquilo que os outros produzem. O Estado está, por isso, construindo um **gap**, um fosso entre uma margem enorme da sua população, que pode prestar serviços, pode ajudar a gerar riquezas para o País e, no entanto, não gera, ao contrário, passa a consumir e a se tornar um ônus para o Estado.

Não é justo que se negue esse direito àqueles que realmente não têm; não é justo que um pai contribua com o seu imposto para o Estado e o Estado devolva o seu filho normal os recursos que a comunidade normalmente põe à disposição da sociedade. Entretanto, aquele que não tem todas as suas condições mentais, físicas ou sensoriais normais, que este nada receba, que este seja discriminado, que este seja segregado.

Assim, nós demonstramos que, realmente, o tratamento que o Estado brasileiro tem dado aos seus filhos, portadores de deficiência, não somente é uma injustiça flagrante, mas também é uma desinteligência do Estado, no sentido de administrar bem a coisa pública e fazer com que a comunidade nacional possa produzir, possa integrar, possa interferir.

Nós gostaríamos de trazer esse quadro como um pano de fundo, para que, depois, nós entrássemos propriamente naquilo que tem sido a nossa preocupação, por longos anos. Há muitos anos a Federação das APAE vem lutando por leis que definam a responsabilidade do Estado para com a pessoa deficiente.

Já em anos anteriores, o nosso ex-Presidente da Federação das APAE, que foi legislador e honrou este Congresso Nacional com a sua cultura, com o seu zelo, com a sua dedicação, nosso ex-Deputado e nosso ex-Presidente, Dr. Justino Alves Pereira, integrou uma comissão especial para tratamento, para a seleção dos interesses, dos direitos e propriamente verificação da legislação existente ou da inexistente, para que pudesse dotar o Brasil de legislação que pudesse proteger a pessoa deficiente.

O Sr. Presidente desta Comissão e Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves, fizeram trabalhos de fôlego, de pesquisas, de viagens e, lamentavelmente, esse trabalho foi depois engavetado, porque a tramitação de então não permitiu que ele chegasse a um bom resultado.

Muitos projetos de lei passaram por aqui e estão ainda tramitando no Congresso Nacional, ora na Câmara, ora no Senado. E nós tivemos o prazer de fazer um levantamento, de fazer uma súmula disso e entregamos pessoalmente a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, há alguns anos atrás, com o interesse de que fosse votada a lei, de que nós carecemos, e que até hoje não conseguimos ter.

Agora, quando se abrem as portas, através de uma comissão especial e que se inaugura aqui esta audiência pública para que ouçam as comunidades interessadas, nós nos sentimos realmente alegres e compensados por participar e de oferecer a nossa contribuição.

A nossa Procuradoria Geral fez um estudo, há muito tempo, consultou legislação brasileira, le-

gislação estrangeira, para oferecer subsídios ao Congresso Nacional, no sentido de que, se aproveitados, possam refletir em benefício da pessoa portadora de deficiência.

Eu vou passar a palavra ao companheiro, Dr. Otávio Blater Pinho, nosso Procurador-Geral, que foi autor de trabalhos que nós já temos oferecido às autoridades e que, agora, com muita satisfação vamos também oferecer a esta Subcomissão.

O SR. OTÁVIO BLATER PINHO — Sr. Presidente, eminentes Srs. membros desta Subcomissão. Incumbe-me, por determinação do Presidente de nossa Federação, trazer ao conhecimento dos eminentes membros desta Subcomissão a formulação pretendida e proposta pela Federação Nacional das APAE, com referência à matéria objeto desta reunião.

Roberto Lyra, o empedernido Promotor na juventude, mas que se tornou, talvez, o mais doce de nossos penalistas, em uma de suas obras assinala a seguinte observação sábia:

“O século passado, o século XIX, se marcou como século do homem. Do ponto de vista biológico, do ponto de vista psicológico e do ponto de vista do homem como integrante na coletividade, esse século permitiu a plena eclosão da personalidade, mas trouxe, também, os abusos. Foi o século do liberalismo, foi o século da revolução industrial no seu clímax e, portanto, o século gerador de numerosas injustiças.”

Diz ele que o século XX, o século subsequente, passará à História como o século da sociedade. Conscientizou-se o homem de que, integrado nessa sociedade, há de formular e sujeitar-se às regras de convivência que tomem mais justa, desde que procuremos conhecer e refletir melhor os problemas que são objeto da atuação de nossa Federação, pensamos em ousar, para identificar já o próximo século, como o século da minorias.

Na verdade, o tratamento igualitário de todos, dentro da sociedade, ainda não realiza o ideal pleno de justiça. Só quando a sociedade conhecer e zelar por suas minorias poderemos ter a pretensão de tê-la organizada de uma forma equânime, de uma forma justa e, digamos nós, de nosso Brasil, de uma forma cristã.

A existência mesma desta Comissão mostra que os trabalhos de elaboração da nossa nova Constituinte estão sob a égide da técnica, o reconhecimento já dentro da organização institucional de seus segmentos legiferantes, da existência dessas minorias e a excepcionalidade nada mais é que senão uma minoria dentro da sociedade, já mostra que nós teremos uma Constituição técnica.

Mais do que isso, entretanto, o estilo de trabalho adotado por V. Ex^{as} nos assegura que a técnica está-se aliando à democracia e à justiça.

Daí a nossa imensa satisfação e o nosso aplauso pelo conceito introduzido da audiência do povo e, evidentemente, das suas minorias na elaboração de nosso estatuto básico.

Perguntamo-nos todos até que ponto somos legitimados para pretender o estatuto da envergadura de uma Constituição, a inclusão de normas que tutelem o nosso problema específico.

Já o nosso Presidente aflorou que nossa pretensão está fundada, está embasada, tem raízes pro-

fundas no reclamo à aplicação plena do princípio da igualdade de todos perante a lei.

O princípio da isonomia, do tratamento igualitário, sabem todos, é conceito filosófico que remonta há mais de 2 mil anos. Foi com base dele, foi formulando-o que Sócrates, tirou as consequências políticas, ampliadas por Platão, para a organização da sociedade ateniense.

Tratar a todos igualmente implica, necessariamente, como consectário lógico, reconhecer a necessidade de tratamento diferente àqueles que diferentes são.

Rui Barbosa divulgou conceito que, na verdade, é velho, de mais de 2 mil anos, de que só há verdadeira igualdade na medida do tratamento desigual daqueles em situações diferentes, em situação de desiguais. Aliás, talvez a observação seja interessante. Foi com base exatamente nisso que Platão justificou a escravatura na Grécia — é bom recordar. Se iguais eram os gregos, a eles competia a política e a guerra. Aqueles desiguais teriam que ter tratamento desigual, na medida das suas desigualdades e, portanto, eram dedicados aos trabalhos materiais, trabalhos de campo ao artesanato, etc.

A nossa minoria — eu diria assim, porque considero as pessoas portadoras de deficiência um segmento, um estamento social, caracterizado por fatores de identificação comuns que as destacam e que lhes exige uma regência jurídica própria — a nossa minoria tem pretensão. Como formulá-la? Esta foi a primeira das indagações que nos fizemos na Federação das APAEs.

Historicamente, as Constituições são sintéticas. Fala-se muito até, em nome do tecnicismo jurídico, de que deve o corpo Constituinte prevenir-se e repudiar o excesso de pretensões dos vários segmentos sociais, na medida em que a Constituição deve ser uma lei absolutamente sintética, deve ser uma lei seca, dentro das suas raízes históricas que, afinal de contas, são disciplinavam os problemas políticos entre os cidadãos.

Evoluimos nesse sentido. A Constituição americana, original, que, diz-se, tem 7 artigos, e ao todo, com todas as suas emendas, não ultrapassa de 28 normas — é bom que todos nos conscientizemos disso — não é tão sintética assim, porque cada um dos seus artigos é um verdadeiro capítulo, desdobrado em “n” normas jurídicas. De forma que, se bem confirmamos os conceitos expressos talvez não estejamos tão longe do número de nossa Constituição vigente.

A verdade é, entretanto, que aquelas Constituições, que historicamente regulavam apenas as relações políticas dos seus jurisdicionados, a partir da guerra de 1914, e objetivamente da Constituição de Weimar, antes, evidentemente a do México, etc., e há outros precedentes, mas, principalmente a partir da Constituição alemã, de após a I guerra, passaram a colher, com crescente desdobramento e dir-se-ia até audácia, toda aquela categoria outra de direito dos jurisdicionados que se não se esgota nos seus direitos políticos.

Assim, nós temos, nas Constituições modernas, amplos capítulos, e a nossa mesmo, atual, os tem, a respeito dos direitos econômicos, a respeito dos direitos sociais e, muitas vezes, a nível já de respeito e disciplina de direitos, de necessidades fragmentadas das diversas categorias sociais.

Isto nos faz, portanto, ousar no sentido de que, nesta oportunidade que se oferece aos brasileiros,

e todos nós pretendemos uma Constituição o quanto possível eterna, não podemos deixar de um esforço consciente, no sentido de disciplinar aqueles capítulos que se considera fundamentais para o amparo, para a restituição, o cumprimento pelo Estado de suas responsabilidades, com referência às pessoas portadores de deficiência.

Qual a experiência dos povos modernos nesse sentido? Vosso ilustre par Nelson Seixas, e o nosso companheiro, futuro presidente da Confederação Nacional das APAEs, Nelson Seixas, acabou de fazer um levantamento a respeito das Constituições modernas e a simples leitura dos excessos retirados destas Constituições, nos convence que a partir da II Guerra, a cada Constituição mais se acentua o tratamento específico das pessoas portadoras de deficiências. Para nós brasileiros, todavia, nesse sentido poderia citar de memória a Constituição da China, a Constituição da União Soviética, a Constituição do Peru, a Constituição de Portugal, a Constituição da Espanha, a Constituição da Grécia, enfim, quanto mais recente a Constituição promulgada, mais sensação se tem de que a preocupação de ampliação de regência da matéria, que está presente, para nós do Brasil, perde de satisfação verificar que a nossa Emenda Constitucional nº 12, é, talvez, dos dispositivos Constitucionais vigentes e localizados pelo Direito Comparado, a que mais ganha em objetividade e talvez, sem dúvida, em técnica.

Sabem, entretanto, os ilustres pares, a pressão de nossos juristas, no sentido de que as Constituições abrangem e adotem apenas as normas programáticas. O que vemos, nestas Constituições modernas, é sempre a formulação de uma pretensão, de um ideal, de um objetivo, sem, todavia, ultrapassado rubricão para oferecer normas concretas.

O projeto feito pela Federação Nacional das APAEs procurou trabalhar com todas essas variáveis, mais com as seguintes; a primeira dúvida com que se deparou a Federação foi optar entre a proposta de alutinar todas as pretensões, os segmentos interessados no tratamento da deficiência, em um único artigo, uma única sessão, um único capítulo da Constituição, ou se deveríamos utilizar a técnica de fragmentar essas nossas propostas, nos diversos capítulos da Constituição. Prevaleceu entre nós a convicção de que já há em formulação, já há em gestação, já começa a ser reconhecido, pela cultura nacional e internacional um direito da portadora de deficiência.

A excepcionalidade, sob o ponto de vista jurídico, já foi objeto de tais estudos, que podemos falar na existência desse direito. E na medida que isso é verdade, porque não concretarem num único capítulo da Constituição o tratamento disso? Diz-se que seria discriminatório. Discriminatório como quando o que se procura é exatamente a eliminação da discriminação?

Dentro desse princípio, a formulação da proposta, da Federação Nacional das APAEs procurou atender aos seguintes parâmetros básicos, fornecidos — eu diria — pela consciência apaeana, a respeito da vida. Em primeiro lugar, já explicou o nosso presidente que a Federação Nacional das APAEs, o movimento apaeano, é o movimento devotado a todas as formas de deficiências, as APAEs comparecem às colunas dos jornais e são divulgadas por sua atuação altamente positiva e densa, no terreno da deficiência mental, mas se desconhece que, por este Brasil a fora, quem efeti-

vamente dá alguma assistência, em alguns casos, uma boa assistência, às deficiências sensoriais e físicas são as entidades da Federação, são as nossas APAEs, que chegam aonde não chega o Governo, aonde não chegam as outras entidades particulares, devotadas ao assunto. Nossa proposta pretende, uma formulação abrangente de todos os tipos de deficiência.

Em segundo lugar, achamos e adotamos como parâmetros desde o adendo, talvez o mais avançado dos dispositivos constitucionais do mundo, hoje consignado em nossa Constituição, seria da maior conveniência que partíssemos daquilo que já conquistamos, ampliando e, quando possível, aperfeiçoando.

Nossa proposta, portanto, parte de um desenvolvimento da Emenda Constitucional nº 12.

O terceiro princípio, o terceiro parâmetro adotado em nossa proposta refere-se à inteira conveniência de que abandonemos os conceitos clássicos do tratamento dos temas jurídicos na letra da Constituição, voltados sempre para as normas, meramente programáticas, mensagens muitas vezes não ouvidas pelo legislador ordinário. E temos o máximo de exequibilidade, o máximo de eficácia, isto é transformemos em normas preceptivas, normas pungentes, em normas, desde logo, impostas aos poderes do Estado, aquelas justas pretensões que forem formalizadas, que forem verbalizadas.

A última preocupação que tivemos, na elaboração da proposta da Federação, foi a de condensar, tanto quanto possível, tudo quanto de conhecido encontrou-se, relativamente ao tratamento da matéria. Há anos, no Ano Nacional da Pessoa Deficiente, o então CENESP, fez um levantamento de toda legislação e de todos os projetos que haviam tramitado, até então, pelo Congresso Nacional, a respeito da excepcionalidade. Nós localizamos tudo sobre isso, o CENESP nos forneceu esse material todo, e nós procuramos localizar, na pletera de anteprojeto, proposta, e de moções, aqueles conceitos comuns e traduzir isso no que, hoje, esta ilustre Subcomissão está versando e já foi objeto de proposta do Constituinte Nelson Seixas.

Esta é a proposta da Federação Nacional das APAEs. Concebida em um único artigo, a Constituição assegura às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial, ou mental, além dos direitos gerais nela instituídos, os especiais necessários à compreensão de sua deficiência, especialmente mediante, vejamos V. Exª, a Constituição assegura tratamento igual a todos, na medida em que eles são desiguais é necessário que se instituem, que se criem direitos compensatórios. Só com isto será verdadeiro, em sua inteireza, o clássico conceito da igualdade de todos perante a lei. Quais são esses direitos? Vejamos os Srs. que esses incisos são quase a extensão, o desdobramento, de certa forma, o aperfeiçoamento dos incisos da Emenda Constitucional nº 12; I — Educação especial e gratuita em todos os seus graus; II — assistência; tratamento médico; habilitação; reabilitação e integração na vida econômica e social do País; III — proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público, e direitos decorrentes; IV — facilidade de acesso a edifícios, logradouros públicos e a transportes coletivos; V — internação em casos de custódia e tratamento dos deficientes abandonados que, por suas condições ou idade, não

puderam reger suas próprias pessoas; VI — adaptação da legislação comum às peculiaridades das formas de deficiência para permitir aos seus portadores a plena igualdade perante a lei.

Os parágrafos procuram objetivar e dar exequibilidade a esses conselhos. O § 1º diz:

“A União, o Estado e os Municípios destacarão nunca menos de 8% das verbas orçamentárias, alocadas à Educação, à Saúde e à Assistência Social para programas de Educação, Saúde, Habilitação, Reabilitação, amparo e prevenção das deficiências.”

Já é regra constitucional que a educação receba do orçamento nacional um percentual 13%. O que ocorre, e o nosso Presidente aconteceu, é que esses recursos são repassados de uma maneira não normativa à Educação especial. Na medida em que nós temos 12% de deficientes, numa população de 12% de deficientes a pretensão de 8% — e esse número não é de estatística brasileira, é estatística de organismo da ONU — estabelecer em 8% o percentual destinado à educação especial, parece extremamente razoável. Segunda a pretensão: as empresas com mais de cem empregados reservarão nunca menos de 3% dos empregos para pessoas portadoras de deficiências. Isto já é praticado por esse Brasil a fora em numerosas empresas.

É concedida aposentadoria proporcional ao dobro do tempo de serviço público, ou de emprego a pessoa que se tornar incapaz para o trabalho, por agravamento da deficiência de que era anteriormente portadora. Este parágrafo nem precisa se explicar. A pessoa deficiente faz o dobro do esforço para dar cumprimento às suas tarefas. Nada mais justo, portanto, que a aposentadora seja em tempo mais curto, na medida em que se agrave essa deficiência.

O § 4º diz:

“A União prestará assistência, não inferior a um salário mínimo, ao responsável por menor portador de deficiência, não internado gratuitamente, convertido em favor dele, aporte à maioridade, for incapacitado para o trabalho.”

Melhor será que a União desse assistência do que manter esse menor em presidio ou estabelecimento correccional.

Diz o § 5º:

“São isentas de tributos, inclusive as do pagamento da quota patronal devida à Previdência Social, as entidades filantrópicas destinadas ao ensino, habilitação, reabilitação, tratamento e custódia de pessoas portadoras de deficiências.”

Ao invés de se pagar e o Estado restituir, que o Estado isente, num processo mais direto, muito mais simples, o fornecimento de recursos para entidades.

Diz o § 6º:

“A lei especial que adaptar a legislação comum à deficiência, consolidará as normas existentes e criará uma Fundação Nacional de Amparo à Pessoa Deficiente, à qual locará, dentre outros, os recursos previstos no § 1º, oriundos da União.”

Essa disposição procura, desde logo, estabelecer, a nível constitucional, e é uma proposta,

sem a menor dúvida desde logo, ousada, a solução de fundo para a contribuição que as entidades de previdência particular estão dando, porque todos os recursos alocados a essa matéria estão pulverizados de diversas fontes. O que se pretende é concentrar numa só fundação os recursos públicos para uma distribuição técnica e igualitária.

Finalmente, o § 7º estabelece que:

“A responsabilidade penal das pessoas portadoras de deficiência será determinada em função da sua idade mental e não da cronológica.”

Com essa providência se pretende eliminar uma das enormes injunções de nossa legislação penal, na mediada em que a culpa é o fundamento do direito do Estado de punir e só existe a culpa na medida em que há consciência. Se reconhece ao menor a inexistência de consciência de culpa, não há por que tratar a pessoa deficiente mental, que tem uma idade mental idêntica a das pessoas de menor idade cronológica, de uma maneira diferente.

Exmos. Srs. Constituintes essas são as fórmulas pelas quais visualizamos a solução dos problemas das pessoas portadoras de deficiências. Se isso responde a uma necessidade social a um reclamo desse segmento de nossa sociedade, melhor poderão dizê-lo as próprias pessoas portadoras de deficiências. No caso, fizemos questão de trazer aqueles portadores das formas mais penosas de deficiências, que são os portadores de deficiência mental, para que, perante V. Exª, darem o depoimento de todas as suas esperanças, depositadas em suas mãos.

Eu pediria a V. Exª. Sr. Presidente, que permitisse o depoimento do excepcional Flávio Potente Siqueira, a respeito das matérias que estão aqui sendo tratadas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Gostaríamos, anteriormente à Professora Cleonice Floriano Ainsberg, Presidente Nacional da Federação Nacional da Sociedade Pestalozzi, e aí, então, faremos a audiência com os nossos representantes de deficientes mentais. Pedimos a gentileza de a Professora Cleonice fazer parte na Mesa e colocar as propostas, as reivindicações e os anseios das Sociedades Pestalozzi do Brasil e, notadamente, da sua Federação Nacional.

Concedo a palavra à professora Cleonice Floriano Ainsberg.

A SRA. CLEONICE FLORIANO AINSBERG — Sr. Presidente, Dr. Nelson Seixas, Dr. Elpídio, Sr. Relator e demais autoridades presentes, companheiros.

Realmente, na quarta-feira, eu recebi um convite para participar desta reunião. E hoje estou aqui endossando as palavras do Dr. Elpídio. A nossa proposta é o espírito da Sociedade Nacional das Sociedades Pestalozzi. As nossas Federações trabalham em conjunto e, juntamente com as demais associações, pessoas representativas, pessoas portadoras de deficiência.

Em 1986, nós participamos durante 6 meses, do Comitê Nacional que traçou uma listagem de necessidade que as pessoas portadoras de deficiências têm. O nosso subsídio, da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, está nesse trabalho de seis meses, feito durante o comitê instituído pelo Presidente José Samey, tendo como Presidente o Sr. Ministro Jorge Bornhausen

e a Secretária-Executiva a Drª Elizair, no então CENESC, hoje, SESC. O subsídio da FENASP ficou inserido naquele documento de 89 ações, sendo, dessas, 30 prioritárias. Temos, também, esse documento da Federação das APAE, que é do nosso documento e acho que tanto nós Federações das APAE como da Federação das Pestalozzi, outras federações, associações de diversos tipos de deficiências são unânimes em dizer que todas essas colocações feitas, agora, são realmente, a necessidade brasileira dessas pessoas. Enfatizando apenas, que, talvez, a preocupação maior nossa, atual, deva ser voltada ao deficiente adulto, ao cidadão deficiente que deverá ser inserido no mercado competitivo de trabalho. Acho que nessa Constituinte deve haver alguma coisa relacionada, muito sério, a muito firme nessa direção do aproveitamento da mão-de-obra da pessoa portadora de deficiência.

A Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi e um movimento de educadores que juntamente com as outras federações particulares estão levando 80% da educação especial no Brasil. O Governo está assumindo apenas 20% da educação especial. Somos os dois movimentos maiores — APAE e Pestalozzi — que estamos levando a educação especial no Brasil, com todas as dificuldades, com toda a garra, e temos conseguido muito sucesso, mas as dificuldades têm sido bem maiores que os nossos sucessos. Nas poucas instituições que existem no Brasil para um atendimento amplo das pessoas que necessitam, ainda está muito dividido em atendimento inicial, atendimento intermediário e o atendimento final, que seria já o deficiente preparado, treinado para o trabalho, quando ele não está tendo essa terminabilidade, nem dentro das instituições, por problemas, principalmente, materiais. As instituições estão, ainda, com um atendimento quase que irrisório ou quase que nenhum, nessa fase final, que é a da colocação dele no mercado de trabalho. As instituições não estão oferecendo um treinamento para o trabalho. Não estão oferecendo, por quê? Porque é falha delas? Não, porque as instituições não estão tendo estrutura física, material e legislação que a ampare para dar esse treinamento nas suas oficinas. O deficiente chega até à fase da adolescência já com todo o seu desenvolvimento preparado para um treinamento profissional e esbarra com a inexistência dele e, o que está acontecendo? O deficiente volta para a comunidade sem um treinamento, sem um preparo e não consegue um trabalho lá fora. Essa parte é muito séria, de as instituições terem condições de, adequadamente, dar esse final na educação especial. São pouquíssimas as instituições que dão esse treinamento final. Deve haver uma preocupação maior de preparo da mão-de-obra existente da pessoa portadora de deficiência, para que a comunidade, realmente, o absorva, e não o absorva com o paternalismo, de simplesmente aceitar um deficiente na sua empresa, no seu trabalho, mas que esse deficiente, realmente, corresponda ao que a empresa ou o local de trabalho exige.

Esta nossa preocupação, que é a de todas as instituições, é de que, realmente, haja alguma coisa que se volte para dar um respaldo a essas instituições e que elas, realmente, tenham condições favoráveis e, principalmente, amparo legal para dar esse treinamento para o trabalho. Que consigamos, como já conseguimos, com muita

alegria e com muito orgulho, que quando nós tivermos a primeira consulta a nível nacional de uma abertura para o trabalho, para o deficiente mental, nós conseguimos, pela seriedade, pela eficiência do trabalho do deficiente mental, que o Sistema Telebrás abriu suas portas para todas as empresas e instituições que estão preparando os deficientes mentais para o trabalho.

A primeira consulta, a nível nacional, para o deficiente mental já se conseguiu. Como essas, acredito que nós já tenhamos condições de termos outras. Que haja incentivo às empresas e aos órgãos que recebam e que vejam a eficiência do nosso deficiente e que, em havendo algum incentivo, realmente, nós possamos colocá-los no trabalho. Que essa mão-de-obra do deficiente, principalmente do deficiente mental, que é contingente maior, possa ser absorvido. Uma das nossas propostas é esta, que haja um incentivo para as empresas, para os órgãos e para a comunidade que venham a receber o deficiente para que, realmente, as portas do trabalho que já são difíceis para o considerado normal e para o nosso deficiente, mais ainda. Acho que havendo um incentivo para quem for receber o nosso deficiente, nos teremos condições de mostrar que, realmente, ele é eficiente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — A seguir, gostaríamos de ouvir os Srs. Sérgio Túlio Fredo deficiente mental que vem à Subcomissão prestar o seu depoimento e fazer as suas colocações.

O SR. SÉRGIO TÚLIO FREDO — Srs. Constituintes, Srs. Membros da Subcomissão, bom-dia.

Vim aqui pedir que ajudem aos deficientes nesta Constituição. O trabalho e um emprego para os deficientes. Acho que o deficiente está sendo marginalizado pela sociedade e pelas pessoas normais.

Os deficientes são espancados pelos pais que não aceitam os deficientes nos lares, e nem na família e nem na comunidade. É preciso que haja um deficiente na Constituição para desenvolver um trabalho em prol do deficiente. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — convidamos o Sr. Flávio Potente Siqueira para, também, prestar o seu depoimento.

O SR. FLÁVIO POTENTE SIQUEIRA — Bom-dia, Sras. e Srs. presentes. É com muita honra que me sinto como convidado para representar os alunos das APAE do Rio de Janeiro. E, por este motivo, eu gostaria de fazer algumas reivindicações, devido a alguns fatos acontecidos naquele órgão. Em primeiro lugar, eu gostaria que as autoridades governamentais do Brasil e a sociedade brasileira fizessem do Brasil um só, não deixando ser diferente o excepcional, como o deficiente físico, isso não importa, o que importa é a qualidade. Somos todos normais.

Infelizmente, as autoridades no Brasil, as associações de moradores, enfim, a sociedade do Brasil tem dificuldade de aceitar o excepcional como normal. Isso é uma injustiça. Como estamos na Baixada Fluminense, as APAE têm mais dificuldade, frente às autoridades, como é um local mais afastado, tem pouca festa, tem muita dificuldade de falar. É isso que tem de ser visto.

Espero que essa nova Constituição do Brasil não seja feita só para a sociedade, as classes sociais, mas a classe média e principalmente os

excepcionais. Somos iguais a qualquer ser humano sendo assim, eu gostaria de dar um depoimento. Como vocês sabem, as APAE do Brasil têm dificuldades de manter as suas escolas, faltam os professores e assim sucessivamente. Os professores que trabalham nas APAE e outras mais são pagos pela própria APAE com muita dificuldade, não pagam a formação desses professores para a educação especial ao excepcional.

As autoridades, de uma maneira geral, deveriam se preocupar, ao abrirem uma escola, com a preparação de novos profissionais na educação, para atender às necessidades das APAE do Rio de Janeiro e do Brasil em geral.

Estou ajudando nossos representantes a desenvolverem esse trabalho. Às vezes fico muito emocionado, quando sinto as dificuldades deles ao recorrerem às autoridades.

Temos que entender o seguinte: no Brasil, nasce cada vez mais pessoas, daí a dificuldade de dar o ensino educacional ao excepcional. Às vezes, me pergunto por que as APAE não são administradas pelos órgãos municipais ou estaduais. As autoridades do Brasil deveriam fazer parte das APAE, como outras quaisquer. Lógico que deveriam ser professores especializados na educação ao excepcional.

Infelizmente, o Brasil vem tendo muitas dificuldades políticas da reforma, inclusive essa nova Constituição está sendo muito difícil de ser elaborada. Mas, tenho a certeza de que ela vai ser a nossa solução. O Brasil ficou dominado pelo poder militar durante 20 anos, e aqueles que deviam falar não tinham o direito de fazer reivindicações e de falar. Como excepcionais, temos o direito de fazer nossas reivindicações. Cada dia fico mais feliz de poder falar do que gosto. É importante o excepcional falar o que sente. Por isso estamos de parabéns.

Há outro fato muito importante, que as autoridades deveriam se preocupar principalmente em fazer escolas institucionais de educação ao excepcional. A sociedade do Brasil dá uma vida muito difícil ao excepcional. Achem que não somos capazes e, por isso, estamos tendo muitas dificuldades. Apesar de sermos responsáveis, como o nosso Presidente, muito competente, estamos sempre conversando sobre as dificuldades, eu me pergunto: será que esse trabalho terá resultado sem a ajuda das autoridades? Isso é muito importante.

É só isso. Muito obrigado aos Srs. e Sr's (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Gostaríamos de ouvir, além da palavra do ex-Deputado Justino Alves Pereira e também colocar a palavra à disposição das representações das APAE aqui presentes, das diversas cidades e Estados; também as representações das Sociedades Pestalozzi e os Srs. do Plenário que têm vinculação com as associações APAE e Pestalozzi e que, de uma forma ou outra, têm interesse ou trabalham nessa área dos deficientes mentais.

A Mesa coloca a palavra à disposição. Só gostaríamos que, ao fazerem uso da palavra, declinassem os seus nomes, o Estado e a cidade, para facilitar os trabalhos de transcrição da fita.

A SRA. PROFESSORA MARIA DE LOURDES — Sou do Paraná, atualmente exercendo atividade profissional na Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação.

Eu não poderia deixar de utilizar este momento para trazer uma inquietação a respeito do que nos propomos a conseguir a nível de integração das pessoas portadoras de deficiências na Constituinte.

Em primeiro lugar, eu colocaria que pensássemos sempre que não constitui estigma o ser diferente. O que conta é o que cada um puder realizar dentro de suas próprias condições, porque lhe foram dadas condições para desenvolver sua potencialidade, e qualquer pessoa, conseqüentemente, participar da dinâmica e do progresso da comunidade e, conseqüentemente, participar do bem comum.

Uma das grandes preocupações que temos é essa da visão da integração na educação, na reabilitação das pessoas portadoras de deficiências. Temos, também, que nos ater à questão da sistematização da educação especial, à visão do atendimento, não só a nível da iniciativa privada, mas essa iniciativa privada sendo um recurso disponível, em todo um sistema que o Poder Público desenvolve, para permitir que todos os seus cidadãos possam participar de todos os recursos disponíveis na comunidade, em comum com os demais.

Devemos nos lembrar que é importante não criar alguma coisa, mas desenvolver o que existe, de uma maneira tal que permita que todos possam participar dos recursos disponíveis na comunidade.

Para isso, teríamos que lutar contra a segregação maior que vem das barreiras, quanto às atitudes, as dificuldades que temos para a integração das pessoas portadoras de deficiências, são as atitudes que temos diante das pessoas que têm alguma característica diferente do comum. Então, deveríamos apenas lembrar, e é essa a minha preocupação no sentido de colaborar de que exista realmente, nessas propostas da Constituinte, uma visão da integração dos recursos disponíveis, não só na área do poder público, mas também da iniciativa privada, para que possamos criar um sistema onde se desenvolvam recursos e condições para um atendimento das necessidades especiais de todos os cidadãos.

Para isso, não nos esqueçamos de que as pessoas portadoras de deficiências devem viver na comunidade, é permitir que a comunidade as receba. Para isso, temos que dar condições a que eles superem seus entendimentos, as suas necessidades básicas e, conseqüentemente, às suas deficiências, lembrando a necessidade de prevenir cada um nos seus estágios.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — A palavra continua livre.

A SRA. MARIA CONSUELO PORTO GONTIJO — Sou da APAED — Associação de Pais e Amigos de Excepcionais e Deficientes, uma escolinha da Ceilândia.

Eu gostaria de falar sobre a não-terminalidade do atendimento ao excepcional. Tal como é feito hoje, é previsto o atendimento, na ação educacional, para aqueles que são considerados educáveis ou criminais. Aqueles que não atingem essa classificação passam a pertencer a uma clientela que deve ser atendida, pela LBA, mas só compete a LBA um atendimento até a faixa etária de 14 anos, contanto que essas crianças não sejam consideradas profundas. O profundo seria delegado

a um atendimento do INAMPS, que simplesmente não faz nada.

Como fica, então, o atendimento das crianças profundas? E dos excepcionais depois dos 14 anos? Eu gostaria que V. Ex.^a dessem muito carinho a essa faixa, de um atendimento permanente, porque isso é essencial para o excepcional.

Obrigada.

O SR. CONSTITUINTE (Nelson Seixas) — No pronunciamento do Dr. Otávio Blater Pinho, já ficaram previstas também as casas de custódia para esses casos. A LBA estendeu até os 16 anos, embora a nossa preocupação é que seja todo visado em termos de idade mental e não cronológica.

A SRA. GLÁUCIA GOMES DE OLIVEIRA AGUIAR — Sou membro de uma associação, daqui de Brasília, chamada AMPARE, Associação de Mães Protetoras Amigas e Recuperadoras de Excepcionais.

Eu gostaria de apoiar o que a Consuelo acabou de falar, e de contar para V. Ex.^a uma história, a, uma história bem rápida e que se repete todos os dias.

Sou mãe de uma criança excepcional. Quando eu tinha 23 anos, fui ao hospital dar à luz a uma criança. Neste hospital, depois que tive minha filha, hoje com 8 anos, após 14 horas de uma ansiedade enorme, recebi um telefonema do pediatra avisando que minha filha era mongolóide.

Primeiro, eu não sabia o que era mongolóide. Foi uma situação bem constrangedora. Na época, eu fazia o segundo ano de Administração na Universidade e não sabia, infelizmente, o que era mongolóide.

Perguntei a ele, particularmente, não gosto deste nome — o que era mongolóide, e ele respondeu que minha filha era uma retardada mental, que só iria andar com 3 anos; que não sugaria e que eu deveria cuidar dela como se fosse um bichinho, um cachorrinho de estimação. Ouvir isso é muito duro para uma mãe, e logo após ter tido um filho!

Pois bem. Depois de muito desespero, depois de ter procurado muitos médicos, fui ao Posto de Saúde levar minha filha para vacinar. Quando cheguei, a enfermeira olhou espantada para ela e falou que não iria vacinar a menina de jeito nenhum, só com a autorização do pediatra dela. Quer dizer, mais um absurdo por que passa a mãe de um excepcional no Brasil e especialmente em Brasília.

Minha filha foi crescendo e, usando um pouco de bom senso, decidi que ela estava precisando de um atendimento especial. Ela tinha 4 a 5 meses.

Procurei todas as associações em Brasília, hospitais, todos os locais que me indicaram, e em todos me disseram que eu deveria esperar que minha filha completasse 7 anos. Fiquei desesperada por ter que esperar que minha filha fizesse 7 anos para ter um atendimento.

São essas dificuldades, Srs. Constituintes que todos enfrentamos, todos os dias, em Brasília. Imaginem nesse interior do Brasil! A desinformação a partir da classe média e de todos os tipos de classes que cuidam de saúde, em relação ao excepcional. Se a classe médica é desinformada a respeito do assunto, imaginem nós, mães!

Foi quando escrevi para **Pais & Filhos**, reclamando por que eu nunca tinha lido nada a res-

peito do excepcional, já que eu fazia uma coleção, como mãe dedicada, para aprender alguma coisa sobre criança. Não se escreve nem se fala nada sobre o excepcional. Agora, felizmente, já saem algumas reportagens.

Gostaria de pedir, até desesperadamente, aos Srs. Constituintes, que se faça um trabalho, não sei de que forma, de conscientização, de informação, pois nós brasileiros somos completamente desinformados a respeito do problema.

Esta minha história é terrível em certos pontos, mas é uma história que se repete todos os dias em que sou procurada, na AMPARE, por uma mãe. É essa mesma história

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Eu gostaria de fazer um comentário, como pai que sou e como médico, mas já pedi a palavra quem também é pai e médico, de modo que passo a palavra ao Dr. Justino Alves Pereira.

O SR. JUSTINO ALVES PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, demais autoridades, meus prezados companheiros:

Sou Justino Alves Pereira, graças a Deus, pai de um excepcional, sou Presidente de uma pequena APAE do interior do Paraná, em Vitoria.

Fui surpreendido, Sr. Presidente, com a citação de meu nome para também fazer esse depoimento. Agradecendo a deferência, faço-o com muito prazer.

É natural, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que eu esteja emocionado também, em aqui dizer estas palavras. Mas, a emoção não é pelo fato em si de ser pai de um excepcional, é pelo conjunto de circunstâncias que eu vejo agora, aqui no Congresso Nacional, que já vi ontem, um ontem de 20 anos atrás, também aqui neste Congresso — do qual tive a honra e o orgulho de pertencer — e que prevejo que ocorrerá em outras oportunidades.

E justifico a minha emoção, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, porque o homem é, por natureza, um motivo, vive com a emoção, com emoção ele convive, pela emoção ele se une amorosamente ou fraternalmente, com emoção ele é gerado, com emoção ele é parido e com a emoção ele é criado e se desenvolve.

Mas, eu não gostaria de falar sobre os aspectos legais, constitucionais, do que aqui teríamos que abordar. Já me sinto plenamente satisfeito com o que já foi dito, esgotando o assunto, sinteticamente é verdade, pelos presidentes das duas entidades que mais se dedicam aos deficientes mentais **pari passu** com outros tipos de deficientes.

Mas, eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de testemunhar aqui a grande esperança — e nós somos um movimento de fé e de esperança — a grande esperança que tenho do que aqui pode surgir. Eu acredito que mais uma vez o Congresso Nacional irá ouvir, sentir e grafar na Constituição os anseios e os postulados do que aqui pedimos. Digo, mais uma vez porque isso já está na Constituição, § 4º do art. 175 e a Emenda nº 12. O § 4º do art. 175, como prova da marginalização que sempre o poder público dedicou ao assunto relativo aos deficientes e também aos superdotados, talvez seja o único postulado da Constituição que nunca foi objeto de uma legislação especial. E aqui está, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça, arquivado o parecer da Mesa ao Projeto nº

1.962, de 1968, que alega, com razão, que a atual Constituição não permite que se formulem projetos completos desse tipo, do tipo de projeto que a Comissão Especial a que eu tive a honra de pertencer naquela época e ser seu Relator — não tinha poderes Constitucionais para criar aquilo que nós queríamos que se criasse, e queremos até hoje, pois 20 anos depois voltamos ao assunto, que é meu órgão nacional, com o apelido que quiserem dar, com a sigla que queiram dar para ele, e que nós sugerimos que seja uma fundação, mas que saia um órgão nacional, normativo, nunca executivo do poder público. Em geral, mau executor, tarde, lento e caro. Órgão normativo que, na Comissão de Constituição e Justiça, lá está escrito — e eu repito — a Constituição atual não permite que se criem despesas e que se criem novos órgãos, sem que seja numa mensagem do Executivo, que até hoje nunca veio. E os vários Presidentes, de 20 anos para cá, inclusive o atual Presidente, no qual tanto confiamos, como velho companheiro nosso que é o Presidente José Sarney, amigo dos excepcionais há muitos anos, todos os Presidentes da República receberam de nossas mãos os necessários subsídios.

Nós confiamos, Srs. Constituintes em que se as inscrições que serão feitas na Constituição serão cumpridas pelo Executivo. Por um Executivo que ainda destina 75% da totalidade da verba da educação do Ministério da Educação para tantas fábricas de doutores, que ainda temos no Brasil, como um índice fantástico, crescente, de analfabetismo, apesar do Mobral, com a carência de ensino técnico, com a carência de ensino fundamental, com mais da metade dos professores do ensino primário composta de abnegados, quase sacerdotes do ensino, porém inabilitados por uma escola de professores normalistas, leigos, por um Poder público elitista e bacharelesco por excelência. Será que o Executivo cumprirá, desta vez, aquilo que já está na Constituição?

A Emenda nº 12, Sr. Presidente, nós a devemos, por esses desígnios de Deus que já estão inscritos na Bíblia, a Emenda nº 12, quis o destino, que um brilhante parlamentar, disposto, batalhador, lutador, **mensana in corpore sano**, que se chamava Thales Ramalho — chamava-se, então, parlamentar, chama-se ainda hoje, graças a Deus, como homem que é, e se chamará sempre, na nossa lembrança, Thales Ramalho — quis o destino que fosse tomado um deficiente, foi um instrumento de Deus para designar a abençoada Emenda nº 12 na Constituição. Uma redação que eu considero, salvo melhor juízo, perfeita, até auto-aplicável, sem necessidade. E, até mais, deveriam ter apagado aquele § 4º do art. 175.

E o que nós vemos?

O Código Civil, até hoje, compara os nossos deficientes, delinquentes ou não, com um criminoso de qualquer espécie. Será que este Executivo dará agora condições especiais para isto? **Res, non verba**, dizem os latinistas. Nós esperamos agora, Srs. Constituintes, mais ação do Executivo e, em V. Ex^{as}, nós confiamos. Confiamos em que as palavras daquele pai possam ser canceladas, quando ele dizia que não trocava o filho excepcional por nenhuma fortuna deste mundo, mas daria toda a fortuna deste mundo para evitar que alguém tenha um filho excepcional, e que, caso tenha, não sinta as limitações sociais e legais que sentimos até hoje. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Comunicamos, com muita honra, a presença no plenário e convidamos a fazer parte da Mesa, S. Ex^a, o Senador Constituinte Almir Gabriel, Relator-Geral da Comissão da Ordem Social.

Concedo a palavra a Sr^a Deise de Araújo Lima.

A SRA. DEISE DE ARAÚJO LIMA — No momento, pretendo falar, inclusive, como membro participante da Comissão do Distrito Federal, sobre Criança e Constituinte, uma vez que nós, desta Comissão, representamos como a nossa própria instituição os excepcionais.

Fiquei muito feliz em ver a concepção do Dr. Nelson Seixas, no sentido de excepcional e de pessoas portadoras de deficiências. Uma vez que nós também nos preocupamos com os excepcionais, num sentido amplo, inclusive, o portador de problemas de conduta, que ainda não foi mencionada assim claramente, mas que também é uma preocupação nossa. A nossa Comissão do Distrito Federal vem participando, como todos sabem, junto à Comissão Nacional, e tem tido sempre presença na Comissão da Criança e Constituinte. Mas nós, também da área de excepcionais, temos o nosso grupo nesta Comissão, uma vez que nós consideramos que o nosso excepcional, antes de ser um excepcional, é uma criança, como todas as outras crianças. Isso também tem reforçado aqui e isto é importante falar. Mas há excepcionais nossos que vão permanecer crianças. Isso também já foi ressaltado no nosso documento. Mas, nós gostaríamos de frisar mais um aspecto, uma vez que sou professora pioneira do Distrito Federal, milito a vida toda na área oficial, na área pública, e, no momento, estou militando na área particular. Sei as dificuldades da integração entre os poderes públicos e particulares, e sei também a dificuldade de integração, a nível de Governo Federal com o Governo do Distrito Federal, uma vez que o Governo do Distrito Federal quase some. Hoje, nós estamos, inclusive, aqui com representantes também de autoridades do Distrito Federal. Mas o que eu gostaria de ressaltar é que nós temos realmente que lutar para um modelo educacional, principalmente para aqueles excepcionais que permanecerão crianças e nós temos muito mais um modelo de ensino. O modelo educacional diz o seguinte: a criança tem que ser atendida, desde o nascimento, até no fim, na sua morte. Mas, com um atendimento educacional, não só um atendimento só de saúde. Ela não é um doente. Simplesmente, é um ser que necessita de ser odo o seu potencial, um ser que precisa se relacionar e agir dentro das suas condições. Isso o que eu gostaria que ficasse registrado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Destacamos também a presença, no plenário, das lideranças nacionais de deficientes físicos, Sr. José Gomes, Presidente da BRADECAR, o Dr. Benício Tavares da Cunha Melo, Vice-Presidente da BRADECAR, também da Associação Brasileira de Deficientes Físicos, e do Professor Paulo Roberto Moreira, do Ministério da Cultura e do Distrito Federal. Colocamos a palavra à disposição.

Concedo a palavra ao Sr. Percy Chagas Filho, Vice-Presidente da APAE do Rio de Janeiro.

O SR. PERCY CHAGAS FILHO — Dentro do universo global das APAEs, especificamente o Estado do Rio de Janeiro, nós temos 18 APAEs,

damos emprego direto a 200 técnicos de nível superior, 600 técnicos de nível de segundo grau, e a atendentes. Nós tivemos, em agosto do ano passado, a honra de patrocinar no Rio de Janeiro, o IX Encontro da Liga Internacional de Entidades para Pessoas Deficientes Mentais. Neste Congresso, de nível internacional, ao qual estiveram presentes 63 países, totalizando 1.332 congressistas, nós tivemos o que foi denominado um congresso paralelo, só com pessoas deficientes mentais. Desse congresso paralelo saiu o nosso encontro estadual feito na cidade de Teresópolis. Também do nosso encontro estadual paralelo, no qual se reuniram 50 pessoas deficientes mentais, e o Flávio foi um dos expoentes desse encontro. Nós queremos, em nome das APAEs do Estado do Rio de Janeiro e como pai de uma criança excepcional já morta, congratularmo-nos com os Senhores Constituintes que, pela primeira vez, colocaram os nossos filhos deficientes em igualdade com a população negra e com a população indígena. Nós, que estamos há mais de 20 anos nesse movimento, Sr. Constituinte Ivo Lech, isso, para nós é muita honra. Quera Deus ilumine V. Ex's para que esse caso de Brasília, depois da nova Constituinte, nunca mais aconteça no Brasil. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — A palavra continua à disposição.

Concedo a palavra a Sra. Ferreira.

A SRA. FERREIRA — Sou Vice-Presidente da Federação Nacional das APAEs.

Apenas um depoimento, sem querer ferir ninguém. No interior do Estado do Rio Grande do Norte, no Município de Goianinha, uma criança passou 48 horas com dor de dente, sem ter um dentista para atender. Essa criança foi encaminhada para o INPS e também não pôde ser atendida. Em seguida, foi encaminhada à LBA, também não foi atendida. Foi atendida, através da universidade, porque foi até à APAE e nós pedimos, pelo amor de Deus, para que atendessem aquela criança que já estava sofrendo de dor de dente há 72 horas. Queremos parabenizá-lo, mas queremos também lembrar a responsabilidade desta Comissão, porque quantas crianças estão sofrendo e elas são pessoas iguais e com os mesmos direitos.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. CHELSE GUTTEN — Sou do Paraná, vice-presidente da Federação Nacional das APAEs e hoje, no Estado do Paraná, com 108 APAEs constituídas, em um terço dos municípios do Estado.

Estou assistindo de fato, com muita emoção, a tudo que está-se passando aqui, principalmente, porque, pela primeira vez, temos acesso oficial aos Srs. parlamentares, aqui, nessa fase de Constituinte, quando, durante esses 26 anos em que estou batalhando no movimento do retardado mental, só tivemos acessos individuais a pessoas, promessas individuais e eis que se descortina uma possibilidade, como disse meu companheiro Justino, talvez, se tomar consciência do que significa o excepcional, neste País. Eu queria dizer a V. Ex's, o seguinte, como efeito, assim, de balizamento dessa problemática dos nossos filhos excepcionais brasileiros, neste País.

Tenho um filho excepcional, também mongolóide, como falou essa Sr^a há pouco, passei os

mesmos dramas, as mesmas tragédias. Meu filho tem 26, vai fazer 27 anos de idade e a idade mental, por uma série de circunstâncias, não chega a um ano de idade. Esse menino, quando ele nasceu, nós nada sabíamos do que era mongolismo, nem pediatra, nem médicos, nem lentes de universidade, nem ninguém, quando há 26 a 27 anos atrás, começamos a palmilhar o caminho do desconforto, do sofrimento, da análise do que havia acontecido em nossa casa, nos deparamos com a tragédia que significava neste País. Mas há um detalhe que quero ressaltar aos Srs. Constituintes: naquela época, em poucos meses, 6,8,10,12 meses, começamos a nos integrar com outras pessoas da mesma área e começamos a trabalhar em prol da oportunidade de nossos filhos, foi quando começamos a nascer as primeiras instituições APAE. Já outras existiam, e começamos a fazer um levantamento do que existia, neste País, de conhecimento e atendimento ao excepcional, não existia nada. Ninguém sabia nada, nem médico, nem legislador sabia o que acontecia, o problema em casa. Confesso que, enquanto na minha casa não aconteceu, também não conhecia. Mas um dado para o qual quero chamar atenção é que, naquela época, quando meu filho tinha dois anos de idade, falávamos que, em nosso Brasil, existiam 2 milhões de excepcionais. Meu filho tem 26 anos. V. Ex's escutaram que hoje estamos falando em 13 milhões de excepcionais. E eu me pergunto — culpa minha? Culpa de pai de excepcional? Culpa daqueles que estão enfrentando o problema? As condições sócio-econômicas ou que quer que seja são culpadas diretas. Fabricamos excepcionais. Constituintes têm que prestar atenção. Quando, numa população como a nossa, 10% estão marginalizados, por falta de capital intelectual, que lhes possibilitem a concorrência e a integração e, quando esses 10%, uma vez tendo o mínimo respaldo educacional, têm toda condição, em quase 85 a 90% deste número, de se integrarem produtivamente a uma comunidade, onde é que estamos, que permitimos que um País, da grandeza do nosso, cometa tal crime? Como é que nós, conscientemente, sabendo o que está acontecendo e isso é um problema, a meu ver, inclusive, de segurança nacional, que o fenômeno está aumentando dia a dia, por falta das condições sanitárias, educacionais, legislativas, por falta de condições objetivas de simples bom senso e raciocínio de autoridades em compreenderem que, aplicando no excepcional, no retardado mental e nas outras áreas, nada mais fazemos do que fazer com que a brasilidade vá para a frente. Não podemos ter um índice crescente que é um peso terrível, inclusive, econômico, desde que usemos o bom senso. Se tem um empresário, ele vai saber. Se você, na sua empresa, 10 a 12% de algo que não funciona, que não significa nada, então, você vai à falência num dado momento. E, se isso cresce dia a dia, é o crime de lesa-pátria não prestar atenção a esse aspecto. A oportunidade que V. Ex's, nos estão dando, inclusive, de trazer nossa angústia, nosso anseio, nossa angústia e anseio no sentido geral, que, particularmente, cada um dos que estão está aqui é pai que aceita seu filho, é pai que é feliz com seu filho. Não estamos aqui tristes por sermos pais de excepcionais, não. Estamos tristes de não conseguirmos evitar outros excepcionais; estamos aqui para alertá-los. Façam, tomem medidas! Tragam, ao cam-

po da excepcionalidade, a batalha que diminua essa incidência, a batalha do esclarecimento e a batalha fundamental do patriotismo que compreenda que nenhum país pode subsistir com taxas tão elevadas de excepcionalidade.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — A palavra continua franqueada.

A SRA. MARIA CONSUELO — Eu gostaria só de complementar com um dado, o de que, no Brasil, o maior índice de excepcionalidade é provocado por acidentes de parto. É uma coisa absurda. O segundo índice, por doenças infecto-contagiosas da primeira infância, mal curadas ou não diagnosticadas a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Concedo a palavra à Sra. Rachid de Matos.

A SRA. RACHID CONCEIÇÃO DE MATOS — Sou Diretora do Ensino Especial da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Eu deveria ter falado, imediatamente, depois da Gláucia, mas inibida, por natureza, fui deixando passar. Então, conheço a história da Gláucia, sei que ela é verdadeira, mas quero informar aos Srs. que, a partir deste ano, em Brasília, a Rede de Ensino Especial está oferecendo atendimento a toda criança que nasce com problema. Em todos os nossos estabelecimentos de ensino já existe esse atendimento e está funcionando, inclusive, pedimos aos diretores das unidades de pediatria que encaminhassem ao ensino especial os nomes dos pais das crianças nascidas com problemas, ou com suspeitas de problemas. Dessa maneira, estamos tentando evitar isso que aconteceu com ela e, num momento muito oportuno, isso já deveria ter sido feito.

A segunda coisa que quero colocar é que, de repente, brasileira tão desiludida, com tantos anos de expectativa sem nenhuma resposta, começo a acreditar que seja possível, uma vez que a Comissão está entregue ao Constituinte Ivo Lech, com a participação do Constituinte Nelson Seixas, é possível que a gente espere que V. Ex's se façam ouvir dentro da Constituinte, para que, na Constituição, haja, realmente, a reivindicação do Constituinte Elpidio Nery, que endosso integralmente, encarecendo, principalmente, a necessidade do amparo e da custódia.

Era isso só que eu queria dizer. (Palmas.)

O SR. ALDO BRITO — Sou de Santa Catarina, sou também pai de uma criança excepcional, portadora da síndrome de Down, represento, na Federação Nacional das APAEs, como disse o Presidente, 92 APAEs, chegando a 100 logo, logo, num Estado onde há 199 municípios. Portanto, estamos alcançando quase ou mais de 50% das nossas cidades, dos nossos municípios, com as associações. Eu gostaria de trazer aqui, aos Srs. Constituintes, as conquistas que já se conseguiram em nosso Estado, junto ao nosso governo, conquistas essas que pretenderíamos que fossem até anotadas e verificadas a possibilidade de ser incluída em todo o Brasil, para todas as pessoas, ou todos os pais que possuem filhos portadores de deficiência.

Nós hoje temos, em Santa Catarina, a proteção do Estado, de meio salário mínimo aos pais de deficientes, com renda **per capita** abaixo de 3 salários mínimos. Temos, como conquista dos servidores públicos do Estado, cuja mãe tenha

filhos portadores de deficiência, a redução de 4 horas de trabalho. Essas 4 horas, naturalmente, destinadas à atenção ao seu filho. Outra conquista que nós tivemos e que, em muitos Estados, eu sei que existe, é a colaboração do Estado com as APAE de professores. Hoje, nestas 92, quase 100, APAE nós temos, e em fevereiro foi assinado um convênio nesse sentido, 1.435 professores colocados à disposição das nossas APAE. Sem esta colaboração do Estado, sem a participação desses professores, realmente, teríamos muita dificuldade em desenvolver todo um trabalho.

Hoje, nós atendemos, nas APAE, em torno de 12 mil excepcionais. Em todo nosso Estado, naturalmente, ainda não chegamos nem a 1/3 talvez dos excepcionais existentes.

Nós somos possuidores, também em Santa Catarina, de uma fundação chamada Fundação Catarinense de Educação Especial, que tem sido modelo no Brasil inteiro. Eu faço isso com muito orgulho, muito, embora até eu gostaria de que todos os Estados fossem, realmente, possuidores de fundações idênticas a nossa. É uma fundação que tem todo o apoio governamental, fundação que dá e presta colaboração imensa às nossas APAE.

Escutei aqui também, com muito entusiasmo, com muito carinho, tudo o que foi colocado. Acho que é uma oportunidade que todos nós, há muito, vimos esperando e acho que nossa esperança está, exatamente, nesta Constituinte, nos Srs. Constituintes, e permito-me até expressar a satisfação por verificar que os Deputados constituintes, vejo aqui são todos jovens. Vejo que, realmente, e é sabido que, na Constituinte, houve uma renovação bastante grande. Não que os velhos — e eu sou um velho, pelo menos, estou caminhando para isso, com meus cabelos brancos — mas não que os antigos não tenham a sua participação, mas, como acontece em toda renovação, só se vai adquirir resultados muito melhores, porque os Deputados devem possuir disposição de trabalho. Mas, dos depoimentos que escutei, verificou-se que um dos grandes problemas que existem ainda neste País é, realmente, o problema da prevenção. O Chaim disse que nós fabricamos excepcionais. E é uma verdade; neste País, fabricam-se excepcionais a todo momento. Fabrica-se, mas, em parte, por falta de prevenção. Este País não se tem preocupado com o problema da prevenção. É preciso mostrar à sociedade, às instituições que há necessidade premente de se pensar mais na prevenção.

Alguém aqui falou que um dos grandes problemas existentes, hoje, são as maternidades. Levantamentos feitos — falo baseado em dados da nossa terra — mostram que o grande número de excepcionais, hoje, nas APAE, se deve à falta de aparelhamento, de aparelhagem das maternidades, especialmente nos seus berçários. É uma constatação na nossa terra e acredito que não seja diferente dos outros lugares.

Apelamos às maternidades, aos hospitais, ao corpo médico, ao corpo de saúde de um modo geral, que se preocupem um pouco com isso, que levem, que orientem, que vejam, realmente, essas necessidades, para que não tenhamos, no futuro, excepcionais em número, cada vez maior, por culpa exclusivamente nossa. (Palmas.)

Temos, realmente, grandes esperanças com esta Constituinte.

A SRA. MARIA DE LOURDES — Só fazendo uma referência a dois fatos aqui relevantes que seria muito importante levarmos em conta: a preocupação na formação dos nossos profissionais. Vimos o depoimento de uma jovem mãe que coincide com 27 anos atrás. Quer dizer, estamos atravessando por esta crise da má formação do nosso profissional.

Ele precisaria receber, nos seus cursos de graduação, informações sobre as pessoas portadoras de deficiência. O médico, para que possa detectar, senão sozinho, pelo menos por uma equipe médica talvez mais especializada, deverá saber diagnosticar os indícios de uma deficiência constitucional. Que a enfermeira não se assuste quando tenha que vacinar uma criancinha portadora da Síndrome de Down. Que o engenheiro saiba projetar aos seus ambientes de moradia, possibilitando a uma pessoa use cadeira de rodas que tenha condições de entrar na porta do elevador, no seu banheiro; que o desenho industrial saiba projetar material didático especializado; que a assistente social saiba ver, na comunidade, também as necessidades dessa família, dessa pessoa com necessidades especiais, e assim por diante. Há necessidade de se rever, urgentemente, o currículo de formação do professor de 2º grau, do pedagogo, porque, realmente, aí, teríamos possibilidade de um atendimento emergencial, pelas informações que esse profissional recebe, e até motivá-lo a transformar-se, com seu interesse pela área, num especialista.

Temos o caso de uma fonoaudióloga, por exemplo, eminente, excelente, e que quando foi convidada a trabalhar numa equipe nossa que atendia crianças portadoras de deficiência mental, ela disse que não podia aceitar porque aprendera a tratar de outros problemas, mas não o problema numa criança com deficiência mental.

Tivemos, recentemente, dois pediatras, um sem saber do outro, encaminhando uma criança de 6 anos para uma escola que atendia crianças com deficiência mental e exigindo, insistentemente, tanto um quanto o outro, para que os avós levassem essa criança; e, felizmente, tivemos a oportunidade de assessorar essa família e vimos que a criança era, inclusive, portadora de um nível de inteligência acima da média, era uma criança com dificuldade psicomotora acentuada, com pais recém-separados, um irmãozinho ficou em Belo Horizonte, na casa de avós maternos, e esse com os avós paternos. Então, a criança tinha reações de conduta muito desagradáveis e os dois médicos, um sem saber do outro, disseram que essa criança era portadora de deficiência mental e que deveria ser atendida em tais escolas. Outra dificuldade é a grande preocupação de muitos médicos que diagnosticam deficiência mental como doença mental, quando se impressionam com uma conduta, às vezes, um pouco desagradável de uma criança que não tem suas necessidades satisfeitas e precisa de auto-affirmar-se e projeta suas ansiedades numa conduta desagradável ou anti-social.

Fizemos, inclusive, um projeto para a Universidade Católica do Paraná, propondo ao reitor da época, o anterior, para que já revissem em nosso currículo, trouxessem ao Conselho Federal de Educação essa preocupação, de que se incluíssem, nos cursos de graduação, informações sobre as pessoas portadoras de deficiência. Aqui, hoje, nós vimos depoimentos muito eloquentes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Concedo a palavra ao Sr. Domingos José Freitas.

O SR. DOMINGOS JOSÉ FREITAS — Sou Presidente da APAE de Porto Alegre e Vice-Presidente da Federação Nacional das APAE do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo fazer uma retrospectiva sobre a situação do excepcional do Rio Grande do Sul, que tem uma população de cerca de 800 mil excepcionais. Nós temos, no Rio Grande do Sul, em estado de direito e de fato, 158 APAE. Essas 158 APAE mantêm 128 escolas especiais e 12 centros de reabilitação. Em meu Estado — como bem conhece V. Exª — há apenas 6 escolas especiais, quase todas elas sediadas em Porto Alegre. Só que o Estado está dando muita ênfase para as classes especiais que o Estado detém, em torno de 600. E desse número de 800 mil, o número de atendidos até o ano passado foi de apenas 25 mil. Desses 25 mil, 80% foram atendidos pelas escolas especiais e pelas APAE. Portanto, fica evidente que a educação especial, no Estado do Rio Grande do Sul, está sendo praticamente feita pelas escolas APAE. Relatei isto ao Sr. Governador, em audiência que tive com S. Exª há uns 10 dias.

A situação é grave. Eu, por exemplo, na APAE que presido, mantenho quatro instituições: um centro de atendimento, um instituto, uma escola de 1º grau e uma creche. Verifico que, entre o que se recebe do Governo Federal, do Governo Estadual e do Município, esses repasses de recursos não totalizam 8% das nossas necessidades. Isto é problema que também V. Exª já ouviu muitas vezes. Pelo menos aquela comissão que estava trabalhando lá já deve ter levado isto a V. Exª. Fomos um dos mentores para a criação da FAERG e o Prefeito Carlos Jacomasi é o Vice-Presidente da Comissão Especial que estudou o assunto e que foi presidida pelo então Deputado Carlos da Silva Santos. Depositamos muitas esperanças nas atividades da FAERG. Recebi do então Senador Pedro Simon uma correspondência, na qual S. Exª solicitava sugestões, porque queria fazer um governo participativo, recebendo sugestões das entidades. Nesse sentido, estamos elaborando um amplo relatório para S. Exª, em nome da Federação. V. Exª poderia dizer: "O senhor está tão atrasado, o governo já está instalado". É que eu tinha que consultar o meu Presidente se eu devia apresentar o relatório. Depois que S. Exª me deu luz verde, aí é que eu comeci a trabalhar. Conheço bem esse problema e trabalhei uns 12 anos como assessor superior da Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social na Assembléia Legislativa. Em virtude disso, nós realizamos, na Assembléia, congressos da Federação, encontros das APAE do Rio Grande do Sul, como vamos realizar, agora, dia 30 deste mês, 1º e 2 de maio, na cidade de Torres, o 18º Encontro Estadual das APAE do Rio Grande do Sul, para o qual tenho a hora de convidar V. Exª, assim como os seus pares, para nos darem a honra de lá comparecerem. Deverei reunir, lá, a totalidade das APAE e a participação prevista é em torno de 800 a mil pessoas, entre dirigentes, técnicos e pais de alunos excepcionais.

Então, essa é a situação que nós gostaríamos de ressaltar. Estamos muito preocupados com a direção da FAERG. Precisamos que a FAERG, efetivamente, entre na sua finalidade, porque a

à saúde, principalmente o nosso Instituto de Assistência Médica e Social, O INAMPS, do qual eu sou um médico concursado, posso falar à vontade também, agravam esse problema, e muito. E eu fiz essa introdução para dizer que nós recebemos, com muita alegria, as sugestões que foram feitas aqui hoje e esse episódio do mau relacionamento médico-paciente reflete claramente o mau relacionamento da sociedade, com um todo, como excepcional.

E vi com alegria, que o que vocês apresentaram aqui hoje, o que sugeriram e o documento que me foi apresentado, em nome da Federação das APAE, é praticamente o consenso do que temos lido, do que temos pesquisado em constituições de outros países. Não gosto de antecipar o trabalho de um Relator. Eu dizia, há poucos dias, que antes de Relator, eu queria ser o nosso Presidente disse, aqui, um ouvidor, para que possamos realmente colocar, na Constituição, o consenso do que pensa a comunidade. Não gosto de antecipar, mas está tão claro, cristalino o documento que nos foi entregue e o posicionamento das senhoras e dos senhores que eu até me atrevo a dizer que o relatório, se for do consenso dos demais Deputados e Senadores, não deve ficar longe disso, porque é, realmente, o que temos ouvido a respeito da problemática.

Agradeço a contribuição e espero, no dia 11, junto com os meus companheiros Deputados, estarmos, no conceito dos Senhores como Constituintes, à altura do que deseja a comunidade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Carlos Sabóia, Deputado Federal pelo Estado do Maranhão.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS SABÓIA — Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Relator da Comissão Temática de Ordem Social, Senador Constituinte Almir Gabriel, Srs. Constituintes, Srs. Representantes de todas as entidades em todo o Brasil, que heroicamente lutam para garantir a condição de ser humano e a condição quase impossível, nesse País que nós vivemos, de cidadã aos homens e mulheres portadoras de deficiências neste País.

Algumas coisas me impressionaram, nesse depoimento que nós ouvimos hoje aqui. Não só impressionaram, como emocionaram. No momento em que os dois cidadãos, portadores de deficiência mental, fizeram o relato do que significa ser considerado um deficiente mental neste País, foi um momento de tensão, foi um momento de conquista, foi um momento de dignidade, em que nós percebemos como é que seres humanos, que são considerados inferiores, que são considerado débeis mentais pela nossa sociedade, como é que eles mostram a todos nós, a toda a sociedade brasileira, como é que se conquista a dignidade de ser cidadão, um dos momentos mais bonitos que eu já vi nessa Subcomissão.

Por essa Subcomissão tem passado tudo aquilo que se constitui na vergonha nacional. Tem passado a questão dos negros, tem passado os índios, tem passado os deficientes físicos, os seus problemas e seus representantes. Hoje, por essa Comissão, um dos momentos mais bonitos que nós tivemos em nossa vivência, em nossos trabalhos, passou talvez uma das manchas maiores da sociedade brasileira. Por que é que eu digo

isso? Eu digo isso, a partir do depoimento e da vivência do pouco conhecimento que tenho dessa questão, o depoimento que foi dado pelo cidadão portador de deficiência física, deficiência mental, e como ele dizia, que os deficientes mentais, eles são incompreendidos, são maltratados, às vezes dentro do próprio lar, da própria família. Não é pela sociedade global; é pelo microuniverso da família que eles não são reconhecidos, não são respeitados.

Conheço um caso, na cidade de São Luís do Maranhão, em que uma família deixou segregada, em um quarto escuro, durante mais de 10 anos, uma criança portadora de deficiência mental. Ela era impedida de ter contato até com os demais irmãos. Era como se fosse em cárcere privado. E isso deve se repetir no Brasil inteiro, em menor ou maior escala.

Impressionaram-me algumas questões levantadas pelos Senhores! 10% da população brasileira são portadores de deficiência físicas e mentais. O Governo é responsável somente, segundo a Presidente, Professora Cleonice Ainsberg, o Governo é responsável somente por 20% dos gastos com educação especial neste País.

É importante que tudo que foi dito aqui não tivéssemos somente o Relator-Geral da Comissão o Constituinte Almir Gabriel, aqui presente. Era importante que aqui estivesse presente alguém que representasse a Subcomissão de Educação.

É importante que aqui estivesse presente o Relator Severo Gomes, para que ficasse chocado com as declarações que foram feitas hoje aqui, tanto pelas instituições, como pelos cidadãos portadores de deficiências.

No Nordeste, ouvi a declaração do Presidente da APAE do Rio Grande do Sul, 800 mil pessoas do Rio Grande do Sul, um dos Estados mais desenvolvidos deste País, são portadoras de deficiências mentais. Imaginem o que acontece no Nordeste, em que, no momento da seca, foi constatado, nos 4 ou 5 anos que nós tínhamos cerca de 3 a 4 milhões de pessoas condenadas a ser portadoras de deficiências físicas e mentais. É um genocídio.

Esse é um País que não ter futuro; esse é um País que não-conquista, que não trabalha pela dignidade. Impressionaram-me muitas palavras do cidadão Chaim, quando ele diz que a brasilidade, cidadania não será conquistada nunca nesse País. Nós teremos um País de desiguais, um País que nunca terá condições, se for mantida a atual estrutura social desse País, de ser um País adulto, no que diz respeito à cidadania. O índio, o negro, são cidadãos de 3ª e 4ª categoria. São assim que eles são considerados pela sociedade. Agora, os portadores de deficiências físicas e mentais, simplesmente, não têm nenhuma categoria; eles estão fora da escala da cidadania, como se fosse possível pensar na escala da cidadania, num País que luta para termos a igualdade.

Eu gostaria de deixar, para concluir, só mais uma questão. Não se esqueçam, é um apelo que eu faço aos Srs., que nós podemos até avançar nesse texto constitucional. Agora, não se esqueçam de uma coisa: a luta maior, a nível de conquististas, ela será a luta política, no momento em que nós conseguirmos, após o término do texto constitucional, começar a redigir as leis ordinárias, começar a aprovar a legislação ordinária.

Então, não se esqueçam dessa bonita mobilização que os Srs. e as Sr.s fizeram hoje aqui. Os Srs. deram uma demonstração de competência política e vamos mostrar isso juntos. No próximo ano, quando nós começarmos a fazer a legislação ordinária, para que toda a indignação, toda a emoção que o ex-Deputado Justino Pereira nos transmitiu, com toda a sua sabedoria, na convivência dentro desta Casa, que ela muito mais se repita, como dizia S. Ex. Existe, talvez, um preceito constitucional, talvez o único, que nunca foi regulamentado, nunca se pensou no avanço da sua regulamentação, que é aquele que diz respeito às conquistas das pessoas que são portadoras de deficiências.

Vamos fazer com que, a partir desse trabalho, nasçam compromissos nessa Subcomissão e nasça um compromisso maior ainda, que é fazer com que os avanços políticos que nós tivemos hoje nós venhamos a ter, durante a legislação ordinária e na execução, na efetivação, na conquista real, para que a Professora representante dos institutos Pestalozzi deste País, os representantes das APAE, eles nunca sejam tão humilhados como estão sendo hoje. O Governo dá as costas, o Governo é um incompetente. Existe uma intencionalidade nessa incompetência. Não é por falta de gritos, não é por falta de não saber do que acontece; é porque não interessa às classes dominantes, nesse País, ver o que faz com que nasçam crianças, em função das desigualdades sociais, em função da fome, em função das injustiças sociais, pessoas que nascem e são condenadas a vida inteira a ficarem dependentes. Então, já que nós, a sociedade brasileira, Nação brasileira, somos responsáveis por essa situação, vamos lutar juntos e fazer com que, nesta Casa, não exista somente esse heróico Constituinte Nelson Seixas e outros, que sempre estiveram ao lado destas questões, mas fazer com que todos os Deputados, pelo menos os Deputados desta Subcomissão, junto com o nosso Senador, relator da Subcomissão da Ordem Social, nós venhamos a ter um compromisso; fazer com os Srs., nas suas angústias, nas suas emoções de serem pais de pessoas portadoras de deficiência, no seu orgulho de lutarem sempre por essa grande causa, os Srs. não continuem sendo humilhados, como o foram até hoje.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Concedo a palavra ao nobre Senador, Relator-Geral da Comissão Temática da Ordem Social, Almir Gabriel.

O SR. CONSTITUINTE ALMIR GABRIEL — Sr. Presidente, demais Membros da Mesa, prezados companheiros, essa é uma Comissão, a Comissão da Ordem Social, que deveria expressar, para efeito do Brasil todo, tudo aquilo que é de justiça ser concedido à população brasileira e que deveria refletir tudo aquilo que, secularmente, vem sendo posto de que todos os cidadãos são iguais perante a lei. No entanto, essa é, como o Constituinte José Carlos Sabóia colocou, uma Comissão e um conjunto de Subcomissões, onde a carga de sofrimento, a emoção e o sentimento prevalecem, de maneira quase esmagadora, sobre o quenós podemos ter de raciocínio diante da sociedade brasileira.

Não acho mal essa carga emocional. Todavia, ela deve influenciar no sentido de que se busquem

administração que saiu deixou muito a desejar. A diretora técnica é só uma bonequinha. Ela só cuidava de se pintar e o trabalho mesmo não realizava. Então, é muito importante que se atente para isso. Temos muita esperança nesses documentos que entregarei ao Sr. Governador. Ressalto a atuação da Federação, reivindicando a permanência da FAERG, mas que ponha pessoas para a dirigir que cumpram realmente, ou que conheçam o assunto para o qual forem designadas.

Era isso o que eu queria trazer como cooperação. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — A palavra está à disposição do representante do Estado do Rio de Janeiro, de São João do Meiriti.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ — Sr. Presidnete, Srs. Constituintes, companheiros de luta:

Tomei a palavra para reforçar alguma coisa que Flávio disse: a questão da participação. Flávio colocou muito bem: é preciso ser ouvida a pessoa portadora de deficiência. E quero anunciar, como bandeira do nosso Vice-Presidente, do Rio de Janeiro, a participação de pessoas portadoras de deficiências na diretoria de cada APAE, porque eles têm o direito de falar da sua própria necessidade. E é baseado na necessidade deles que nós, das diretorias, faremos um trabalho honesto e digno, para dar o que é deles, direito deles, torná-los pessoas felizes, quando conseguirem arranjar um emprego, ser feliz, porque arranjou um emprego, tornar feliz, porque conseguiu, através de uma escola, de uma APAE, seja lá onde for, no nosso Estado, ou no Estado do Rio Grande do Norte, com todas as dificuldades, essa pessoa se dizer feliz, porque, um dia, pode ir para fora, na sociedade, brigar pelo seu próprio direito. E é por isso que eu tive que ressaltar, companheiro me desculpe, mas eu não poderia deixar passar.

Hoje, no Estado do Rio, existe um movimento no sentido de que as pessoas portadoras de deficiência participem de suas diretorias. É para elas um trabalho, não o fim. E, por favor, Srs. Constituintes, façam leis; olhem para eles com carinho. Sou muito mais eles, porque eles são os maiores necessitados. Esses brasileiros a quem muitas vezes, é proibido o direito de votar. Então, por favor, ouçam o que eles têm a dizer.

Era só isso. Muito obrigado.

O SR. VANILTON SENATORI — Sr. Professor de Educação Física da Fundação Educacional, atualmente, à disposição do Ministério da Educação, na Secretaria de Educação Física e Desportos.

Apenas para complementar uma informação colocada pela Professora Maria de Lourdes, quando levanta a preocupação no aspecto da formação do educador, no trato com a questão da educação especial. Eu tive a oportunidade de gerenciar, no ano passado, um programa da SEED — Secretaria de Educação Física e Desportos — sobre a questão da educação física na educação especial. E, com tristeza, a gente constata que, das 96 escolas de formação existentes e funcionando no Brasil, apenas 8 têm, em seu currículo de graduação, alguma disciplina voltada para a educação física, voltada para a pessoa portadora de deficiência, menos de 10% das escolas. Todas as outras colocam profissionais no mercado que, absolutamente, desconhecem a necessidade e o

direito da pessoa portadora de deficiência em ser, também, atendida pelas questões de educação física. Nós já estamos cansados, como profissionais de educação física, de termos que aplicar erroneamente um preceito legal, que é o Decreto nº 1.044, que dá direito, no seu texto, às pessoas portadoras de problemas de saúde, de problemas congênitos, problemas de deficiência, a um atendimento especializado. E o único especializado dado no Brasil, hoje, no campo da educação física, é a dispensa médica, ou seja, marginaliza-se, a partir da escola, a pessoa que tem, desde uma simples seqüela de poliomielite, até àqueles que têm uma deficiência mais aprofundada, chegando, inclusive, ao extremo de abandonar àqueles que têm uma deficiência mental profunda, como foi o caso colocado aqui pela Professora Consuelo.

Nós gostaríamos de deixar aqui a nossa contribuição e pedir encarecidamente que os Srs. Constituintes olhem para que esse aspecto seja também visto, a formação profissional tanto dos educadores, que é o nosso caso específico, quanto dos outros profissionais que lidam com ser humano, que seja verificado esse aspecto no atendimento às pessoas portadoras de deficiências, para que não se repita caso, como aconteceu com o filho do Chain, há tantos anos atrás, com o filho da Gláucia, há poucos anos atrás, e que está acontecendo hoje, em vários lugares brasileiros, pela desinformação, a partir do nascimento e, principalmente, a desinformação a partir de atendimento escolar.

As nossas crianças, que hoje são represadas na primeira série, que são colocadas nas filas dos menos inteligentes, muitas vezes, pelas professoras regente de classe, o são represadas porque elas têm problemas de atendimento especial e isso lhes é negado. Nós gostaríamos que isso fosse realmente a grande preocupação dessa Comissão Constituinte, nessa questão da formação e da educação principalmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Concedo a palavra a nobre Constituinte Alda Moreira.

A SRA. CONSTITUINTE ALDA MOREIRA — Sou Vice-Presidente da Federação da APAE do Estado São Paulo, e sou mãe de excepcional.

Eu gostaria de fazer um pedido à Comissão: as gestantes do Brasil, essas mulheres grávidas, que para elas seja concedido não sei como, dentro deste Comitê, que haja uma divulgação feita constantemente, ou então uma coisa que atinja a todo o Brasil, que é uma maneira de prevenir a deficiência, pois é muito melhor, e muito mais importante, prevenir do que tratar. A gestante não pode fumar, não pode tomar álcool, ela tem que ser cuidada, ir ao dentista e fazer uma radiografia. São coisas assim muito simples, muito simples mesmo, e que, por desconhecimento, pode gerar uma criança excepcional.

(Inaudível, fora do microfone.)

Isto é só um alerta. Não sei como isso poderá ser feito, mas acho que realmente a Comissão pensasse nisso, na prevenção, e não esquecesse dessas citações porque elas estão acontecendo aí no Brasil inteiro, diariamente. E seria tão fácil evitar mais um excepcional no Brasil, somente com esses cuidados isto acontecerá naturalmente, a prevenção tem muitos meios, mas estes são bastante simples.

Eu gostaria também de lembrar a Declaração dos Direitos da Pessoa Humana, na Assembléia Geral das Nações Unidas, de dezembro de 1971. O Brasil pertence à ONU. Temos obrigação de seguir também essas diretrizes, que, realmente, são conhecidas de todo o mundo, mas não é atendida. É muito importante que, realmente, essa declaração fosse levada em consideração pela Comissão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — Pelo posicionamento da Subcomissão, nós, parlamentares Constituintes, estamos assumindo uma postura de ouvir. Nesse momento que já precede à finalização dos nossos trabalhos, nós passaremos também a palavra, para que façam as colocações e até para que saúdem as autoridades das Senhoras e dos aqui presentes, aos Constituintes, membros da Subcomissão.

Pela ordem, estão inscritos: o Relator Alcení Guerra, o Constituinte José Carlos Sabóia e nós também gostaríamos de ouvir a manifestação do nobre Constituinte Almir Gabriel, um homem que tem a sua vida profissional ligada à saúde pública, lá no seu Estado natal.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado pelo Estado do Paraná, Constituinte Alcení Guerra.

O SR. RELATOR (Alcení Guerra) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Sr. Constituinte Almir Gabriel, Senhoras e Senhores que vieram dar esse importante testemunho de saúde, de uma maneira especial, os meus ilustres conterrâneos, Maria de Lourdes e o ex-Deputado Justim.

Vi, emocionado, o relato da Dona Gláucia. Lembrei-me de meu tempo de pediatra, e lá se vão 10 anos, da angústia porque passávamos, quando feito o diagnóstico de síndrome de Down, que era um dos poucos diagnósticos que nós podíamos fazer precocemente, porque a deficiência mental decorrente de um acidente de trabalho de parto leva sempre muito tempo para ser diagnosticado. Geralmente, a angústia que passava para a gente, quando nós tínhamos que, algumas horas depois, alguns dias, sentar à cabeceira da mãe e explicar-lhe que ela era mãe de uma portadora de síndrome de Down e o que isso significava.

E era uma época em que a ciência não tinha desenvolvido ainda os métodos de recuperação que existem hoje, que eu considero um dos grandes avanços da medicina. E o relato de Dona Gláucia me emocionou, porque trouxe à lembrança um dos mais sérios problemas, hoje, da sociedade brasileira: o mau relacionamento, médico-paciente que existe de uma maneira geral. Não só com as crianças, com os velhos, com os adultos jovens, ou adultos idosos. De uma maneira geral, o médico brasileiro é um médico muito malformado — falo à vontade, por ser médico, também — no seu relacionamento médico-paciente. E, quando ela dizia que recebeu a notícia que teria que criar um bichinho de estimação, eu me lembrei que nós, que lutamos por esse problema do relacionamento médico-paciente, costumamos também chamar os nossos colegas de bicho de estimação. O pessoal que tem essa dificuldade de relacionamento médico-paciente é, hoje, mais de 50%, mais que 70%, da eficácia no tratamento, sem essa interação médico-paciente, não existe um tratamento eficaz. E, infelizmente, nossas entidades estatais de atendimento

soluções adequadas, levando em conta algumas coisas que eu considero importantes

No final do século passado armávamos uma Constituição; no final deste século, estamos armando uma nova Constituição.

Eu creio que, não apenas o Constituinte, mas toda a sociedade brasileira deve refletir que, durante esse tempo, ocorreram avanços tecnológicos, científicos, econômicos, sociais, para que nós pudéssemos embutir, na Constituição Brasileira próxima, algumas coisas que sejam duradouras e que sejam reflexo de uma sociedade mais justa

Os Srs. me permitam fazer um discreto apanhado sobre alguma coisa que me pareceu importante e que esteve na minha reflexão, durante esse tempo em que os debates ou os depoimentos foram oferecidos.

Todos sabem que a humanidade passou por uma determinada fase de valorização da estética, há coisa de 3.000 ou 4.000 anos atrás. Todos lembram ou têm informação de que, naquela época, se sacrificavam os deficientes físicos, em nome dos santos e dos deuses. Todos sabem que, depois desta fase, nós vivemos a valorização da ética e que, a partir dela, por uma postura caritativa, o sofrimento foi considerado como uma forma de ganhar acesso a uma situação benéfica posterior, após a morte. E, agora, nesses dois últimos, dois ou três séculos, nós vivemos a fase da abundância, da busca obstinada e obsessiva da abundância.

É absolutamente importante que nós possamos ver que, em nossa sociedade, trespassa cada uma dessas fases, de maneira muito clara. E todas as vezes que nos sentimos determinados concursos de beleza, sentimos que, na verdade, eles são o avesso daquilo que acontecia há 3 mil, 4 mil anos atrás.

E quando se vê o concurso de garotas do "Fantástico", moças que são expostas, de toda a forma, de maneira, jeitos e trejeitos, valorizando seus olhos verdes, ou olhos azuis, ou olhos pretos, os cabelos assim, assado, o seu corpo desta ou daquela dimensão, que, na verdade, nós não fazemos nada mais do que recorrer aquilo que acontecia há 3 mil, 4 mil anos atrás, apenas sem ter a coragem de condenar de maneira explícita, aquilo que, há 3 mil, 4 mil anos, era condenado.

Então, infelizmente, o que nós vemos construído, na nossa sociedade, tem muito a ver, com cacótes e com defeitos que foram acumulados ao longo de tantos anos, inclusive a postura piegas, a postura de refletir sobre o sofrimento das pessoas que sejam discriminadas, das pessoas que sejam portadoras de deficiência física, enfim, que tenham discriminação sexual, discriminação da raça, enfim, uma série de estigmas são postos dentro dessa sociedade, mantidos dentro dessa sociedade e não pode ser admitido que isso aconteça, pura e simplesmente, porque a História assim diz e nos encaminhou para o ponto que nós estamos.

Eu creio que esta última fase, vivida pela humanidade, de busca da abundância, engendrou a produção de forma séria, em dois campos perfeitamente claros; num, em que a apropriação das vantagens dessa organização do trabalho se acumulam com algumas poucas pessoas, ditas como capazes de manter a organização desse trabalho ou da empresa, e, no outro campo, em que a apropriação das vantagens ou lucro dessa organi-

zação de trabalho não caminha exclusivamente para uma pessoa, ou para um determinado grupo ou elite da sociedade, e sim, é apropriado pela sociedade como um todo.

Eu antevio que esse final de século do nosso País não propiciará ainda uma condição de justiça de distribuição dessas coisas. Mas não pode assistir, passivamente, a tudo aquilo que tem acontecido nesses últimos 50 anos, quando nós aceleramos todo o nosso processo de industrialização, de molde a que, na busca do crescimento do nosso Produto Interno Bruto, considere-se exclusivamente a atividade econômica aquela que é a mais importante, ou é a única que é importante dentro deste País.

Entendo que, na medida em que essa neurose nacional por mantida nessa mesma medida, tudo aquilo que nos refletimos sobre as condições sociais brasileiras terão reflexões sobre um subproduto, sobre uma segunda categoria, sobre uma segunda ordem das coisas postas para esta Nação.

Entendo, portanto, que não é apenas um trabalho do Constituinte, que, ele sim, deve ser o reflexo daquilo que existe na sociedade, em que essa sociedade diga não, de maneira definitiva, a essa neurose nacional de ter que crescer o produto interno bruto, de qualquer maneira, e sobre o sacrifício de toda a população, ou de, pelo menos, da maioria da população.

Nós precisamos, nós necessitamos, e indispensável nós continuarmos crescendo. Mas não é necessário que esse crescimento se faça à custa de tanto sofrimento, de tanta morte e de tanto sacrifício.

Nós diríamos que o setor social, neste País, tem sido colocado sistematicamente em segunda ou terceira categoria. Quando eu vejo o depoimento de professores a respeito de médicos, a respeito de professores, de mães a respeito de médicos, de médicos a respeito de mães, acho que e preciso não esquecer que, qualquer que seja o profissional, ele da educação, seja ele da saúde, seja ele da sociologia, seja ele de qualquer ramo, ele é, na verdade, uma fração de toda a sociedade brasileira que, durante longos e longos anos, preparou-se, trabalhou e foi influenciado exatamente de acordo com essas distorções e esses estigmas.

Então, a culpa não me parece adiantar buscar dentro do profissional médico, dentro do profissional enfermeiro, dentro do profissional professor; a culpa não seria apenas dentro da sociedade como um todo; a culpa não é também do Governo. O Governo é apenas reflexo de uma organização do Estado, porque é indispensável nós sairmos onde está o poder. E num País como o nosso o poder não está no Governo. O Governo é um reflexo parcial, em grande maioria, daquilo que acontece no poder; e o poder está na área econômica. Ou nós sabemos atingir, de forma adequada, esse ponto de poder, ou nós vamos inserir, na nossa Constituição, nos nossos textos legislativos, as mais bonitas intenções e não vamos poder realizá-las, de maneira alguma, na medida em que todas as intenções, para poderem ser realizadas, dependerão de recursos.

Nós consideramos, portanto, que existe uma necessidade imperiosa de que a mobilização feita pelos Srs., culminando num trabalho que já vem de decênios, que essa mobilização se mantenha, mas que ela não seja nem um pouco arraigada

especialmente nas condições daquilo que eu chamaria uma certa visão caritativa, ou uma certa visão sentimental. É necessário se ter certo qual é o inimigo principal e, no meu entender, o inimigo principal é o poder que gerencia a área econômica em nosso País.

Enquanto ela não puder refletir que esse desenvolvimento pode perfeitamente acontecer segundo uma distribuição maior da renda nacional e segundo o aproveitamento do estímulo de determinadas áreas, que são abandonadas, como a área rural, se isto não acontecer, tudo o que nós colocarmos, nas nossas constituições, nesta, ou em qualquer outra vindoura, ainda assim refletirão apenas uma postura sentimental, uma postura não prática, não objetiva.

Eu diria que a participação, portanto, dois Srs., é indispensável que a postura de todos os Srs., refletindo também de todas as áreas ligadas ao setor social, tomem em conta de se estabelecer uma restrição para os governos, quer federal, quer estadual, quer municipais, no sentido de que eles não possam transferir subsídios, nem estímulos, à área econômica, que hoje já correspondem a 80% do arrecadado bruto do próprio governo, quer dizer, que haja um limite, porque, à guisa de estimular, o que se tem feito é estimular determinadas áreas econômicas, em detrimento das áreas sociais e do atendimento das necessidades da área social.

Então, não adianta nos apenas discutirmos a necessidade de ter escola; adianta nos dizermos que o limite máximo que o governo podera dar, como subsídios, como incentivos, não pode ultrapassar a um determinado limite, que se terá que discutir, na Assembleia Nacional Constituinte, e discutir, sobretudo, com a área econômica.

Creio que é necessário também ter claro que a contribuição para a área social deve mudar a característica; ela terá que deixar de ser contratual, como hoje tem sido, para ser um consenso nacional, para ser uma decisão de toda a sociedade brasileira, ao consumir qualquer coisa, saber que está destinado especialmente para a área social um determinado valor, um determinado percentual daquilo que a pessoa consome, ou adquire, logicamente guardando determinadas proporcionalidades justas, em relação à renda de cada um, mas que seja capaz de garantir ao setor social a possibilidade de lhe dar, não apenas segurança quanto à aposentadoria, não apenas segurança quanto à saúde, mas, também, a possibilidade do atendimento dessa fração da sociedade brasileira que hoje é grande e que se tornará cada vez maior, representada pelos deficientes físicos, ou representadas por outras minorias que são, inquestionavelmente, gravemente atingidas por esse modelo econômico que nós temos.

Então, eu poderia lhes dizer que a nossa posição e uma posição que é informada, em grande parte, pela nossa experiência vivida e pelo que nós vemos. Mas a nossa posição também é inteiramente aberta, e é principalmente aberta pelas informações, quer dos nossos pares aqui da Constituinte, quer também da sociedade, como um todo, na própria medida em que elas nós dão a posição e o sofrimento da sua experiência, no trato com cada uma dessas coisas.

Mas, essa nossa posição não pode refletir ou refletir-se no relatório. O relatório terá que refletir a postura dos Constituintes em geral, isto é, da nossa comissão social, que acho composta de

peçoas esclarecidas e de muito boa posição, até porque, ao largarem certas áreas e preferirem a área social, mostraram, no meu entender, uma formação humanística extraordinária. Eu diria que isso não basta. É necessário dar continuidade a esta atuação política dos Srs., também ressaltadas pelo Sabóia, que esta continuidade venha a acontecer, ou venha também se exercer sobre a área econômica, venha a se exercer também quando formos para o debate mais amplo da Constituinte, em plenário e, depois, como sugeriu o Sabóia, que se mantenha, a longo prazo, quando as leis normais do País possam ser atingidas.

Reitero que uma coisa é a nossa posição pessoal, que é de firmeza e abertura total às proposituras dos Srs., mas ela é uma posição pessoal e precisará como relatório, refletir aquilo que a Comissão e seus Membros determinaram e aquilo que certamente se terá a nível de Plenário.

Por isso, eu creio, na afirmação da posição de todos os Senhores na continuidade desse trabalho, de organização política e de pressão adequada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Lech) — A primeira reunião de audição da Subcomissão marcou também, principalmente, pela representatividade aqui presente. Nós nominamos o Dr. Elpidio Araújo Neres, Presidente da Federação Nacional das APAEs, a Professora Cleonice Floriano Aisberg e, em nominando esses dois nomes, nós homenageamos e agradecemos a presença dos Senhores e das Senhoras.

As Senhoras e os Senhores tiveram oportunidade de ouvir, também, os depoimentos e as impressões dos Senhores Constituintes, do nosso Relator Constituinte Alcení Guerra, com sua experiência de médico e o seu testemunho de vida, no Estado do Paraná.

Também, um testemunho emocionado do antropólogo e professor, Deputado Constituinte José Carlos Sabóia. Mais ainda, um depoimento e um posicionamento do nobre Senador Constituinte Almir Gabriel, homem de profissão, na área médica, dedicando e dedicado a sua vida à medicina e à saúde pública.

Tivemos momentos bonitos, momentos que valorizaram, sobremaneira, os trabalhos desta Subcomissão, o depoimento do Sr. Sérgio Túlio Freds, o depoimento, ainda, do Sr. Flávio Siqueira, que nos deixaram com emoção e orgulharam, sobremaneira, esta Subcomissão, por termos a oportunidade de ouvir e de participar deste momento.

Ainda nos honrou a participação do ex-Deputado Justino Alves Pereira. Falava-nos o ex-deputado da emoção da criação do homem, da vida do homem. Mas, saiba, Deputado Justino Alves Pereira, que a emoção deste momento vivido por nós nos exime da responsabilidade da Subcomissão e, como Constituinte, de lutarmos e fazermos o possível e o impossível para que se tenha, efetivamente, um documento humano, um documento que contemple, sobremaneira, a questão das minorias no Brasil.

Um agradecimento muito especial ao Constituinte Nelson Seixas, Membro da Subcomissão, que desenvolveu todos os esforços, no sentido de colocar, nesta manhã de primeira audição, a representatividade maior do segmento que se dedica a questão dos deficientes mentais. E, ainda mais eu diria, como temos dito sempre, que é

a hora e o momento de lutarmos para que se tenha o homem como fração de homem, mas que se devolva a dignidade completa ao homem, para que esse homem-cidadão consiga desenvolver todas as suas potencialidades.

E, agora, a minha homenagem ao trabalho de um homem que apredemos a admirar, pela sua luta, pela sua dedicação à causa, pelo seu testemunho, aqui na Subcomissão e no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, eu passo a Presidência dos trabalhos, para fazer as suas colocações e também encerrar os nossos trabalhos, nesta primeira reunião de audição, ao Deputado Federal Constituinte Nelson Seixas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Seixas) — Sr. Presidente, Deputado Constituinte Ivo Lech, Sr. Relator da Comissão da Ordem Social, Senador Almir Gabriel, colegas Constituintes, Relator Alcení Guerra, José Carlos Sabóia, Osmar Lima, Hélio Costa, Sr. Salatiel Carvalho, minhas Sras. e meus Srs.:

Quero agradecer essa honra que me concede o Presidente da Mesa, ao transferir o comando final à minha pessoa. Enquanto estava falando, estava lembrando, como pai, meus filhos, que já estão avançando na idade, ainda hoje alvo de tratamento até constrangedor pela sociedade, e lembrando o quanto eu lutei para um mundo melhor, para as pessoas deficientes e se tive algum mérito nisso. Porque, em sendo pai de dois retardados, evidentemente, que vem à mente, em primeiro lugar, estar defendendo os seus filhos. Acho que o pai deve defender os filhos ferrenhamente, deve dar tudo, como o Justino disse, tudo para que ele fosse normal. Mas, ao mesmo tempo, nós pregamos muito a aceitação, porque, da aceitação, de um ponto de firmeza, no contexto social deste indivíduo deficiente, é que nós podemos partir para uma situação mais concreta. Enquanto ficarmos nos iludindo com o diagnóstico, com esperanças milagrosas de cura, nós estaremos dando margem ao empirismo, estaremos dando margem a milagreiros, a falsos profetas. E quantos pais de pessoas deficientes são vítimas desses milagreiros? Então, eu saí a campo, saí à luta, até o ponto de desistir da minha vida de médico, para dedicar-me à política. Tentei, não uma, mas três vezes, chegar a esta Casa. E, agora, mercê do apoio, da compreensão da minha cidade, e dos meus amigos da APAE, aqui chego, num momento muito importante. Muito me comove essa consideração que dá o Presidente Ivo Lech à minha pessoa, não afeita-a tribuna, pois não sou orador, apenas trago mais do que o coração disse. Fiquei triste, e fico mais triste ainda, porque não está presente a Gláucia, porque eu queria dizer a ela, de pai para, que fico triste por ela ainda estar encontrando incompreensão, incompreensão com a designação de mongolóides, preferindo talvez o termo Síndrome de Down, ou ergunto: o que é que modifica, no indivíduo, isso? Comunicar o diagnóstico, para nós médicos, não é nenhum prazer, é duro, é difícil. É duro dizer e é duro também receber. Sabemos bem. Encontrar essa dificuldade, em termos de saúde em geral, como se fosse um indivíduo de segunda classe que não pode nem ser vacinado, como se não merecesse a prevenção de doenças: — "Pois é, se apanhar um sarampo é até bom que

morra". Talvez, isso tenha passado pela cabeça daquela pessoa que ia vacinar. Não ter ainda o atendimento precoce, hoje, tão insistido. Aqui, a Professora Rachid trouxe uma notícia que me deixou satisfeito, que, em Brasília, vão entrar com esse tratamento precoce, o diagnóstico do tratamento precoce. Mas, eu gostaria de dizer à Gláucia; os profissionais ainda são malformados em relação à pessoa deficiente. Eu, como médico, nunca tinha ouvido falar de retardados. Eu pensava que ia haver um salto, nos meus filhos e que eles iam ficar normais. Nunca tinha ouvido falar na reabilitação; não sabia do Braille, não sabia da linguagem labial. Então, as nossas escolas, ainda hoje, formam mal os profissionais, ainda dão ao médico da pessoa deficiente uma imagem muito fatalista. De modo que a Gláucia precisa saber que nós já avançamos bastante e temos muito a vançar ainda. Foi uma reunião, para mim, muito agradável, ao ver depoimentos diversos, como o do companheiro Presidente da Federação Nacional das APAEs, Elpidio Neres, e o do Procurador — Geral Otávio Blater Pinho, o do Presidente da federação Nacional da Sociedade Pestalozzi, Cleonice Floriano Sinderj; e mais, o da Maria de Lourdes, Chain, o do Aldo, e do Persi, o do Vanildo, o do Pedro, o do Antônio José, e de D. Alda, e da Consuelo, o da Daise, e, sobretudo, ao ver, aqui, duas pessoas portadoras de deficiência. Vejam, com o uso e com costume, a gente acaba incorrendo no erro que queremos evitar. É um mundo novo, uma perspectiva nova. Até ontem, nós mesmos, das entidades de pessoas retardadas, às como meros objetos do nosso atendimento. Nós não perguntávamos para colocarmos-las um aluno de uma APAE, de uma Pestalozzi, de uma outra entidade, se eles estavam satisfeitos com a vida, o que é que eles queriam. Então, é uma voz que aparece; a voz do próprio deficiente mental. Ele, dizendo o que ele quer, e, inclusive, vir a participar, hoje que se fala tanto na democracia plena, vir a participar da direção da sua entidade, o que nós achávamos impossível até há pouco tempo atrás. Também como o Constituinte Almir Gabriel, eu não gostaria de nada especial para o excepcional, ou nada excepcional para o excepcional. Eu gostaria que num mundo igual, num mundo melhor, não precisasse que nós fizéssemos todas essas lamentações, um mundo, em que o mercado de trabalho fosse grande, e não estivéssemos mendigando espaço para a pessoa deficiente. Nós temos que lutar, não apenas pelos nossos excepcionais; nós precisamos lutar por um Brasil, um Brasil igual, de maiores recursos, maior distribuição de renda, menos miséria, menos fome, que é tão geradora de pessoas deficientes. Enfim, nós não temos nada isolado no nosso contexto social; é o contexto social que está ruim e que precisa ser melhorado. Eu gostaria de convidar os presentes para as demais audiências da Subcomissão dos Negros, População Indígena, Pessoas Deficientes e Minorias. Hoje, às 17 horas, nós vamos ter, com a Associação Antialcoólica e Idosos, e às 19 horas, com os deficientes auditivos.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos.

(Encerra-se a reunião às 13 horas e 10 minutos.)